



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG) FACULDADE
DE EDUCAÇÃO (FAE) CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO
ESCOLAR**

**O PERFIL DO EDUCADOR/MONITOR DO CENTRO MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO INFANTIL JOSÉ ONOFRE DOS SANTOS**

NILSE MACIEL RESENDE DE SOUZA

CRISTAIS, 2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG) FACULDADE
DE EDUCAÇÃO (FAE) CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO
ESCOLAR**

**O PERFIL DO EDUCADOR/MONITOR DO CENTRO MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO INFANTIL JOSÉ ONOFRE DOS SANTOS**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Dra. Regina Auxiliadora Barros de Souza do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

CRISTAIS, 2013

RESUMO

O presente trabalho intitulado O perfil do educador/monitor do Centro Municipal de Educação Infantil José Onofre dos Santos, do município de Cristais-MG, faz uma análise do tema à luz de autores consagrados e sobre o Plano Político Pedagógico da referida instituição, enfatizando a relevância da gestão democrática para a mediação entre instituição, crianças, funcionários e comunidade. Sobretudo, pontua as características que devem pautar o perfil dos profissionais, não somente sob o ponto de vista da legislação vigente e da formação teórica, mas também quanto às competências pessoais e afetivas. É no Projeto Político Pedagógico que devem estar explicitadas todas essas questões, dentre outras, priorizando o fazer e o acontecer cultural da criança, mediante a busca da qualidade e formação plena das mesmas. Por fim, faz um viés entre estes profissionais e o papel relevante do gestor democrático, que deve buscar uma postura inovadora e que objetive realizar um trabalho orientado pela competência e melhoria dos processos de gestão.

Palavras-chave: Perfil. Educador/monitor. Gestão democrática. Qualidade. Competência.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	05
1	O PERFIL DO EDUCADOR/MONITOR DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL JOSÉ ONOFRE DOS SANTOS.....	08
1.1	A cultura da infância e a prática pedagógica na Educação Infantil.....	11
1.2	O papel do gestor no Centro Municipal de Educação Infantil José Onofre dos Santos.....	17
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	19
	REFERÊNCIAS.....	20
	ANEXO – Projeto Político Pedagógico.....	22

INTRODUÇÃO

Este trabalho busca analisar o Projeto Político Pedagógico do Centro de Educação Infantil José Onofre dos Santos, enfatizando o perfil do educador/monitor, as questões relacionadas às relações de trabalho ocorridas no espaço escolar, tendo em vista que a postura do gestor, articulando, motivando e favorecendo o diálogo, melhora a qualidade educacional dentro da instituição infantil. A construção do PPP esbarra em algumas dificuldades e barreiras, já que a perspectiva é que este se faça participativa e coletivamente. As dificuldades da instituição referida foram vencidas através do diálogo, projetando o futuro a partir da realidade do contexto presente.

A função social da escola, seu compromisso social e ético com o ato de educar as crianças, são questões que, para se efetivarem, demandam ações planejadas e organizadas no trabalho pedagógico. Uma escola sem Projeto Político Pedagógico equivale hoje a uma pessoa sem documentos de identificação. Percebe-se pela observação que uma gestão escolar democrática, socialmente comprometida, não pode ser implementada apenas com voluntários ou amigos da escola. É um trabalho profissional altamente especializado, que pressupõe uma formação específica em educação. Para tanto, é preciso conceber o PPP como a condição primeira para um trabalho de qualidade. A organização e a funcionalidade do trabalho escolar exigem do gestor educacional planejamento e implementação de programas e projetos. Vê-se na gestão democrática, não apenas um pressuposto teórico básico de novos paradigmas, mas como um objetivo concreto a ser perseguido e aprimorado na prática do cotidiano escolar. Pretende-se com este trabalho de análise buscar as contribuições que as relações entre funcionários e crianças deixam na construção da aprendizagem das mesmas, sabendo que essa interação adulto/professor com a criança está presente em todo o tempo que ela passa na instituição.

O cotidiano escolar da Educação Infantil se dá de maneira prática, ativa, afetiva e pedagógica, pois até mesmo a higiene feita pelo banho, à troca de fraldas,

o pentear os cabelos, o ninar para dormir, são verdadeiros relacionamentos que se fazem continuamente entre crianças e adultos, gerando marcas afetivas, psicológicas e pedagógicas. As crianças são dependentes de relacionamentos saudáveis com as diversas pessoas que com elas convivem. Isso favorece sobremaneira sua estabilidade emocional e desenvolvimento cognitivo. Os objetivos gerais deste trabalho são identificar a relevância do perfil do educador/monitor da instituição infantil no desenvolvimento, crescimento e aprendizagem das crianças nos seus anos iniciais de vida; compreender que o ambiente da instituição infantil deve ser colaborativo. São objetivos específicos: relacionar a prática pedagógica à cultura da infância; analisar o trabalho do gestor na Educação Infantil; verificar o convívio democrático dos funcionários do Centro de Educação Infantil José Onofre dos Santos. A metodologia usada para o presente trabalho foi a pesquisa qualitativa, inferindo-se o material pesquisado em autores e no Projeto Político Pedagógico da referida escola, trazendo a análise para a realidade vivenciada.

Por intermédio dos relacionamentos ocorridos na instituição infantil dá-se condições de cada ator se envolver, para melhorar a qualidade educacional do CEMEI. Repensar o modelo de gestão, buscando relações em que as questões de poder sejam usada para construir e enriquecer a afetividade, reestruturar as acomodações físicas e, ainda, utilizar-se dos recursos tecnológicos, materiais e econômico-financeiros, fará surgir uma instituição que se pautar pelo respeito e pela qualidade. Assim, terá lugar o prazer de aprender e de se trabalhar, onde os processos pedagógicos e administrativos sofram continuidade de revisão, reflexão e melhoria, tornando o gestor uma figura forte, que tenha estratégia e competência.

No primeiro capítulo deste trabalho aborda-se a questão do perfil do educador/ monitor do Centro Municipal de Educação Infantil José Onofre dos Santos, buscando-se na literatura o perfil ideal para o profissional da Educação Infantil.

Divide-se num primeiro subtítulo, que trata da cultura da infância e da prática pedagógica, ressaltando o papel relevante da instituição infantil no desenvolvimento, crescimento e aprendizagem das crianças nos seus anos iniciais de vida.

O segundo subtítulo analisa o papel do gestor no Centro Municipal de Educação Infantil José Onofre dos Santos, pontuando seu papel de mediador entre os diversos atores da educação.

1. PERFIL DO EDUCADOR/MONITOR DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL JOSÉ ONOFRE DOS SANTOS

Dá-se o nome de relações de trabalho aos vínculos que são gerados no ambiente trabalhista. De uma forma geral, fazem referência às relações entre o trabalho, mão-de-obra (que presta o trabalhador) e o capital (pago pela entidade empregadora) no âmbito do processo da produção. Nas sociedades modernas, essas relações trabalhistas são regulamentadas por meio de um contrato de trabalho, que estipula os direitos e as obrigações de ambas as partes. Por exemplo, o contrato laboral prevê uma cláusula de proteção no emprego, segundo a qual o trabalhador (ou assalariado) tem direito a auferir uma indenização caso seja despedido sem justa causa.

É muito importante a interação escola x comunidade, pois enquanto a sociedade exclui, o papel da instituição escolar deve ser o de formar, qualificar, abrir espaço para vivências e reflexões sobre o mundo, à vida em diferentes lugares, problematizando e exercitando a cidadania, propondo e buscando alternativas para uma vida com qualidade e justiça social. É função da escola ensinar aos alunos sua condição de cidadãos do mundo, com direitos e responsabilidades que vão além de suas próprias vidas, já que cada atitude gera consequências para as pessoas e para o ambiente próximo. Esta cidadania do mundo parece distante, abstrata, mas ela começa pela cidadania local, concreta. Ainda é papel dos educadores, uma vez conscientizados desse dever, também dividir esta responsabilidade com a família, conscientizando-os, pois é fato que, sozinha, a escola não faz nada, ou faz muito pouco, perto do que é preciso ser feito.

A equipe de profissionais do Centro Municipal de Educação Infantil José Onofre dos Santos é formada por servidores públicos municipal de Cristais e estagiários de nível superior das instituições conveniadas com a Prefeitura Municipal ou Diretoria Municipal de Educação. Todos os integrantes desta equipe, independente da sua função, deverão promover, durante sua prática, a busca pelo desenvolvimento pleno das crianças atendidas, e o convívio harmônico, ético, com todos os participantes do processo, alunos, pais, funcionários, direção e professores.

O CEMEI José Onofre dos Santos conta com os seguintes profissionais: gestor e vice; agentes de CEMEI (monitoras); agentes de serviço escolar (serventes escolares); vigilante; professores.

É necessário que estes profissionais tenham competências que vão além do que estipula a simples qualificação profissional, mas que eles possam, de fato, interagir e acrescentar às crianças de forma real e concreta, pois sabe-se que, para a qualidade na Educação Infantil se tornar evidente no dia-a-dia das instituições, essas competências precisam ser efetivadas. Porém, segundo Wajskop (2000, p 137) é fundamental que as instâncias responsáveis preocupem-se em garantir uma formação adequada, tanto inicial quanto em serviço, para os profissionais da Educação Infantil, de forma que enxerguem, e não se percam as competências construídas por estes profissionais durante os anos de exercício de docência. Estas são fundamentais como ponto de partida para a elaboração de sistemas de transmissão e a formação do novo educador da instituição infantil. Nota-se claramente que a formação precisa ser continuada, dando-se ênfase à qualificação, à experiência, à valorização da cultura local e o respeito a todos. Trabalhar na Educação Infantil é um compromisso que precisa ser encarado com seriedade. E deve-se ter ainda em mente o respeito a todo o universo infantil, pois crianças pequenas têm limitações e necessidades que precisam ser atendidas.

Uma pedagogia que valoriza as diversas relações, os valores devem ser colocados em contextos, em processos comunicativos e na construção de ampla rede de intercâmbios recíprocos entre crianças e entre os adultos. Desse modo, o sistema de relacionamentos tem em si mesmo uma capacidade virtualmente autônoma de educar (EDWARDS et al, 1999, p. 79).

A formação inicial e em serviço do profissional da Educação Infantil deve ter também, como orientação pedagógica, a perspectiva interdisciplinar na condução do trabalho com as crianças. A interdisciplinaridade na Educação Infantil deve ser entendida não como um método, mas como uma atitude epistemologicamente aberta por parte do profissional que lida com as crianças de 0 a 5 anos. Segundo Fazenda (1999, p. 35) a atitude

epistemológica do profissional da Educação Infantil é pontuada nos seguintes termos: espera, reciprocidade, troca, diálogo, humildade, perplexidade, desafio, envolvimento, comprometimento, compromisso, responsabilidade, alegria, revelação e vida. O autor acrescenta que:

Entendemos por atitude interdisciplinar, uma atitude diante de alternativas para conhecer mais e melhor: atitude de espera ante os atos consumados, atitude de reciprocidade que impele à troca, que impele ao diálogo, atitude de humildade diante da imitação do próprio saber, atitude de perplexidade ante a possibilidade de desvendar novos saberes; atitude de desafio - desafio perante o novo em redimensionar o velho - atitude de envolvimento e comprometimento com os projetos e com as pessoas; atitude, pois, de compromisso em construir sempre da melhor forma possível, atitude de responsabilidade, mas, sobretudo, de alegria, de revelação, de encontro, enfim, de vida (FAZENDA, 1999, p. 35).

A partir destas discussões, evidencia-se a importância da formação das profissionais da Educação Infantil estar diretamente ligado à sua vivência em sala de aula e aos estudos teóricos para refletir sobre as diversas práticas do acesso ao ensino, pesquisa e aprendizagem. Atualmente, ser educador exige que o profissional saiba ensinar, se disponha a pesquisar e queira aprender nos ambientes educacionais. Esse profissional deve ter formação em um processo reflexivo, cooperativo, colaborativo e autônomo.

A vivência diária dentro da instituição infantil se faz através de muito diálogo, já que coisas básicas estão em fase de desenvolvimento por parte da criança. Ainda é preciso comprometimento, em todos os sentidos, pois o desafio de cuidar e educar não se faz sem doação, preparo e responsabilidade. E ainda é preciso criar um ambiente de trabalho em que a alegria seja constante, pois crianças precisam de ambientes saudáveis, que lhe tragam prazer, para que seu desenvolvimento físico, psicológico e intelectual seja pleno.

1.1 A cultura da infância e a prática pedagógica na Educação Infantil

Durante muito tempo, as crianças foram vistas como adultos em miniatura, sem necessidades nem características próprias. Apenas nos tempos modernos é que a infância se apresenta com uma identidade peculiar da temporalidade humana, tanto cultural como socialmente. Só então é que o pensamento sobre a infância assumiu importância, sendo considerado hoje como um dos mais importantes centros de interesse educativo dos adultos. Na atualidade, pesquisas em Educação Infantil demonstram que há uma necessidade de se considerar questões primordiais, como, por exemplo, o que é a criança? Quais são as peculiaridades dessa fase do desenvolvimento humano? A instituição infantil necessita reconhecer que, no âmbito de seu espaço institucional, circula uma diversidade de crianças. Um novo olhar é lançado para tudo o que diz respeito à elas: sua educação, cuidado, suas brincadeiras, sua individualidade. Criam-se, dessa forma, o tempo e o espaço em que se constitui a cultura infantil, lembrando sempre que esta cultura está vinculada a contextos socioculturais diversificados.

A criança é um sujeito social de direitos que vive cercado de informações, transformações tecnológicas e científicas e ético-sociais. Essas transformações trazem grandes contribuições para a infância, na medida em que a instituição de Educação Infantil e a família sejam capazes de romper os elos de isolamento e as incorpore ao seu cotidiano de forma crítica e criativa.

A instituição infantil, em uma visão pedagógica transformadora, deve se constituir em um espaço de valorização permanente da infância, ou seja, deve possibilitar a circulação de fantasias, sentimentos, intuições, movimentos corporais, linguagens, lógicas e culturas que emanam da entusiasmada inocência da criança.

A Educação Infantil, a partir da promulgação da LDB 9394/96, passou a ser considerada a primeira etapa da educação básica, sendo dividida em:

creche, para crianças de 0 a 3 anos, e pré-escola, para crianças de 4 a 6 anos. Recentemente, essa divisão foi modificada com a sanção presidencial à Lei Federal n.º 11.114, que afirma que crianças a partir de 6 anos devem estar inseridas no primeiro ano do Ensino Fundamental, portanto a Educação Infantil passa a atender crianças somente até 5 anos de idade.

A Educação Infantil pode ser considerada um dos grandes desafios, não somente para o município de Cristais, como para todos os municípios dos Estados brasileiros, uma vez que as políticas públicas propostas para esse nível educacional são recentes. Muitas delas ainda se encontram em processo de desenvolvimento. Nesse contexto e diante da legislação anteriormente apresentada, a Educação infantil deixou de ser responsabilidade das instituições sociais, coordenadas e organizadas pela Secretaria de Assistência Social e passou a ser de responsabilidade exclusiva das Secretarias Municipais de Educação.

Sob vários aspectos, essas mudanças podem ser consideradas como avanço, pois muitas crianças passaram a ter atendimento em centros municipais de Educação Infantil, como é o caso de Cristais, com espaços e mobiliários adequados e proposta pedagógica explícita. Ao contrário do que antes ocorria, ou seja, um atendimento apenas de viés assistencialista. Analisando-se o Projeto Político Pedagógico e a realidade vivenciada pelas crianças, percebe-se a importância da efetivação das leis para a segurança dos direitos da criança no seu desenvolvimento, crescimento e aprendizagem durante sua trajetória na Educação Infantil.

As creches surgiram no século XVIII, na Europa, com a Revolução Industrial, decorrente da necessidade das mães operárias que precisavam deixar seus filhos em casa para poder trabalhar. No Brasil, o surgimento das primeiras instituições de Educação Infantil aconteceu somente no final do século XIX. Até 1920, essas instituições eram filantrópicas. A partir daí, surgiram movimentos para a democratização dessa modalidade de atendimento educacional. O atendimento a essas crianças tinha, portanto, uma finalidade social: atender aos filhos das famílias de baixa renda.

Segundo o documento Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998), as creches e os programas de pré-escola eram usados como alternativas para erradicar a pobreza e solucionar problemas vinculados à sobrevivência das crianças na faixa etária de 0 a 6 anos (ainda era até 6 anos o atendimento em creches e pré-escolas).

A Educação Infantil, no Brasil, por um longo período, caracterizou-se por uma concepção assistencialista. Desde 1975, a educação das crianças de 4 a 6 anos está inserido nas ações do Ministério da Educação- MEC, por meio da criação da Coordenação de Educação Pré-escolar.

A mudança de concepção sobre a Educação Infantil foi determinada pela organização estratégica de movimentos sociais, fundamentada na tomada de consciência sobre um novo significado do conceito de infância e também pela promoção de uma educação de qualidade. Essa trajetória data em mais de 100 anos. Mas o que se tem percebido é que somente nas duas últimas décadas é que seu crescimento alcançou maior visibilidade, já que, até então a prioridade da educação era com as crianças a partir dos 7 anos de idade.

A Educação Infantil, diante das concepções mais atuais, necessita se adaptar e trabalhar na promoção da integração entre o espaço físico e os aspectos que envolvam a emoção, a afetividade, questões cognitivas e sociais da criança. Esse trabalho deve ser realizado com qualidade. Qualidade essa que, segundo Sousa (2006, p. 89), deve ter um programa pedagógico específico, em que os pais podem confiar em entregar seus filhos a profissionais habilitados e sensibilizados para as condições econômicas, culturais e pessoais daqueles que buscam essa modalidade educacional. Tais profissionais, portanto, precisam ter uma formação que os capacite ao cuidar, proteger e educar, possibilitando à criança sentir-se bem, segura e feliz.

No sentido de realçar a importância do desenvolvimento, formação de personalidade e aprendizagem da criança em sua primeira infância é que, há mais de um século, têm sido criadas leis no Brasil, para que, de fato, seja

assegurado às crianças um atendimento educacional de qualidade, visando ao desenvolvimento de sua autonomia e de seu crescimento de forma saudável. A Educação Infantil, nesse sentido, é um direito adquirido pelas crianças e pela família, é dever do Estado assegurá-la e organizá-la.

O poder público, gradativamente, vai assumindo a responsabilidade das instituições de Educação Infantil. Isso passou a se concretizar a partir da Constituição de 1988, sinalizando que o atendimento educacional às crianças é mesmo dever do Estado.

A política nacional de Educação Infantil surge para romper com a ideia de uma educação antecipatória e preparatória para os anos do Ensino Fundamental. A defesa em prol da Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, é identificada primeiramente na Constituição Federal de 1988, em que se vê a educação sendo assegurada como direito do cidadão e dever do Estado. O Artigo 208, referente ao dever do Estado com a educação, em seu item IV, é explicitado de maneira clara que é responsabilidade do Estado a Educação de crianças de 0 a 6 anos em creches ou pré-escolas (BRASIL, 1988). Com a promulgação da Constituição, os municípios passaram a assumir a gestão das creches como uma atividade educativa, e não mais como uma prática assistencialista. Até então, as creches eram gerenciadas pelas Secretarias de Promoção Social, Assistência Social e Desenvolvimento Social. Dessa maneira, a educação formal em creches e pré-escolas não seria mais restrita aos programas governamentais e filantrópicos de assistência à infância.

Com a promulgação da LDB 9.394/96, o trabalho pedagógico na Educação Infantil tem o objetivo de atender as reais necessidades do desenvolvimento das crianças de 0 a 6 anos, colaborando para a construção e o exercício de sua cidadania (BRASIL, 2006). No capítulo II, referente à Educação Básica, em seu artigo 29, é determinado que a Educação Infantil tem por finalidade, assegurar “o desenvolvimento integral da criança até 6 anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (BRASIL 2006, p. 10-11). Ao partir desse princípio, a criança passa a ser vista como um ser social,

histórico e cultural. O seu objetivo principal é inserir esses pequenos cidadãos na esfera pública. Em 1990, os direitos assegurados pela Constituição Federal são reafirmados no Estatuto da Criança e do Adolescente, em que foram estabelecidos mecanismos de participação e controle social na formulação e na implementação de políticas para a infância (BRASIL, 2006).

O MEC (Ministério da Educação e Cultura), a partir de 1994, inicia uma série de encontros e seminários com a finalidade de discutir, juntamente com os gestores municipais e estaduais de Educação, ações referentes à definição de políticas para a Educação Infantil, que culminou na elaboração do documento: Política Nacional de Educação Infantil. Nesse documento encontram-se objetivos, tais como: expansão de vagas para as crianças até 6 anos ainda; fortalecimento das instâncias competentes; concepções de educar e cuidar agregadas às ações dirigidas e melhoria da qualidade do atendimento às crianças em instituições de Educação Infantil. A publicação do documento “Por uma política do profissional de Educação Infantil” veio logo após o desenvolvimento dos referidos objetivos. Tal documento é de grande relevância, pois traz discussões sobre a importância da formação do professor, em nível superior, para atuar em creches e pré-escolas como condição de garantia de padrões de melhoria qualidade na Educação Infantil (BRASIL, 2006).

Em 1995, o MEC, em consonância com as discussões provindos da elaboração da LDB (Lei de Diretrizes e Bases) 9.394/96, apresenta quatro linhas de ação para contemplar o objetivo de melhoria da qualidade do trabalho pedagógico com a criança durante sua permanência na Educação Infantil:

- a) incentivo à elaboração, implementação e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares;
- b) promoção da formação e da valorização dos profissionais que atuam nas creches e nas pré-escolas;
- c) apoio aos sistemas de ensino municipais para assumirem sua responsabilidade com a Educação Infantil;

d) criação de um sistema de informações sobre a educação da criança de 0 a 6 anos (BRASIL, 2006, p. 10).

No artigo 62, da LDB 9394/96 encontram-se as referências acerca da formação dos profissionais para trabalhar com a faixa etária de 0 até 6 anos. Esses profissionais deverão ter formação em nível superior, sendo admitido, caso não tenha recursos humanos qualificados, o profissional com formação mínima em nível médio, na modalidade normal, ou seja, o magistério.

O currículo e a proposta pedagógica para primeira etapa da Educação Infantil também estão contemplados na LDB n.º 9.394/96, em seus artigos 12 e 13, passando para as próprias instituições de Educação Infantil a elaboração do currículo e da proposta pedagógica, com a participação dos educadores e das famílias, respeitando a diversidade e a pluralidade brasileira, na perspectiva de garantir educação e cuidados de forma contextualizada.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) (1998), documento elaborado pelo MEC, traz em sua proposta um conjunto de referências e orientações pedagógicas, porém sem impor obrigações para as ações dos docentes no âmbito dos espaços educacionais infantis, funcionando mais como um material de referência. Nesse mesmo período, o Conselho Nacional de Educação estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI). O documento Política Nacional de Educação Infantil, em consonância com a Resolução n.º 1, de 7 de abril de 1999, artigo 2, menciona que

Essas Diretrizes constituem-se na doutrina sobre princípios, fundamentos e procedimentos da Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, que orientarão as instituições de Educação Infantil dos sistemas brasileiros de ensino na organização, articulação, desenvolvimento e avaliação de suas propostas pedagógicas (BRASIL, 2006, p. 13).

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil têm, portanto,

contribuído na orientação e elaboração de novas propostas pedagógicas para serem efetivadas nas instituições de Educação Infantil.

O Centro Municipal de Educação Infantil José Onofre dos Santos portanto, está de acordo com a legislação proposta e tem se destacado em seu papel de instituição infantil, comprometida com a qualidade e com o desenvolvimento pleno das crianças.

1.2 O papel do gestor no Centro Municipal de Educação Infantil José Onofre dos Santos

Por intermédio dos relacionamentos existentes na instituição infantil é possível melhorar a qualidade educacional. Tendo em vista a postura do gestor direcionando o olhar observador, contribuindo com o seu papel de articulador, motivador e favorecendo o diálogo para o coletivo da instituição não perder o foco, que é nada mais, nada menos que o educar, zelar e brincar em diferentes espaços dentro da educação infantil.

De acordo com o PPP do CEMEI José Onofre Santos, compete ao gestor e vice às seguintes atribuições:

- Representar oficialmente o CEMEI tornando-o aberto aos interesses da comunidade, estimulando o envolvimento dos alunos, pais, professores e demais membros da equipe escolar;
- Zelar para que o CEMEI sob sua responsabilidade ofereça serviços educacionais de qualidade, por meio das seguintes ações;
- Coordenar o Projeto Político-pedagógico;
- Apoiar o desenvolvimento e divulgar a avaliação pedagógica;
- Adotar medidas para elevar os níveis de proficiência dos alunos e sanar as dificuldades apontadas nas avaliações externas;

- Estimular o desenvolvimento profissional dos professores demais servidores em sua formação e qualificação;
- Organizar o quadro de pessoal e responsabilizar pelo controle da frequência dos servidores;
- Conduzir a Avaliação de Desempenho da equipe da escola;
- Responsabilizar pela manutenção e permanente atualização do processo funcional do servidor;
- Garantir a legalidade e regularidade do CEMEI e a autenticidade da vida escolar dos alunos;
- Zelar pela manutenção dos bens patrimoniais, do prédio e mobiliário escolar;
- Indicar necessidade de reforma e ampliação do prédio e do acervo patrimonial;
- Prestar contas das ações realizadas durante o período em que exercer a direção do CEMEI e a presidência do Conselho Escolar;
- Assegurar a regularidade do funcionamento do Caixa Escolar, responsabilizando por todos os atos praticados na gestão do CEMEI.

Compete ao Vice diretor:

- Assumir as atribuições delegadas pelo gestor do CEMEI;
- Cumprir os compromissos assumido pelo(a) gestor(a) nos seus afastamentos;
- Zelar para que o CEMEI eleve, gradativamente, os padrões da aprendizagem escolar de seus alunos e contribua para a formação da cidadania;

- Substituir o gestor (a) nos afastamentos temporários ou na vacância do cargo.

Destaca-se que o gestor deve ser um elemento de integração entre a experiência do educador/monitor e questão didático-pedagógica, por meio de fundamentação teórica e a análise de situações de trabalho. Assim, nota-se que no CEMEI José Onofre dos Santos, o gestor representa ponto de apoio para a melhoria da rotina educacional visando o alcance dos objetivos propostos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após as análises e observações feitas é possível concluir que a competência humana dos profissionais da Educação Infantil deve ser o elo de ligação entre as outras competências e os resultados, pois de nada adianta um profissional politicamente articulado e com um bom referencial teórico, se ele não consegue desenvolver ações coletivas. Assim o perfil do educador/monitor do CEMEI José Onofre dos Santos segue, ou baseia-se, na filosofia do Projeto Político Pedagógico. Estes profissionais devem ter uma bagagem sólida de conhecimentos, buscando leituras não somente sobre assuntos específicos, mas também informações da atualidade sobre a cultura geral, além de cuidar dos relacionamentos e da afetividade sempre presentes na instituição. E quando o gestor tem uma visão ampla do todo, fica mais fácil o debate com os profissionais sobre as diferentes possibilidades de crescimento, problematizando a escolha do que for mais adequado para cada realidade e proporcionando às crianças um melhor atendimento. Este trabalho de pesquisa alcançou o objetivo de identificar a relevância do perfil do educador/monitor da instituição infantil no desenvolvimento, crescimento e aprendizagem das crianças nos seus anos iniciais de vida; compreendendo que o ambiente da instituição infantil deve ser colaborativo. Pôde relacionar a prática pedagógica à cultura da infância; analisar o trabalho do gestor na Educação Infantil; verificar o convívio democrático dos funcionários do Centro de Educação Infantil José Onofre dos Santos. Constitui-se o início de um debate mais amplo, sobre a

relevância do tema proposto, que muito pode acrescentar ao preparo dos profissionais do CEMEI.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Lei de Diretrizes e Bases Lei nº. 9394.** Brasília: 1996.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: 1998

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.** Brasília: 1998.

_____. Secretaria de Educação Básica. **Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação.** Brasília: MEC, SES, 2006.

EDWARDS, Carolyn; **GANDINI,** Lella e **FORMAN,** George. **As cem linguagens da criança. A abordagem de Reggio Emilia na Educação da primeira infância.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

FAZENDA, Ivani. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa.** 7.ed. Campinas: Papirus, 1999.

SOUSA, Maria de Fátima Guerra de. **Aprendizagem, desenvolvimento e trabalho pedagógico na Educação Infantil: significados e desafios da qualidade.** In:TACCA, M. C. V. R. (Org.). **Aprendizagem e trabalho pedagógico.** Campinas: Alínea, 2006.

WAJSKOP, Gisela. Professor de Educação Infantil: como se pode ser o profissional à luz da nova Legislação. **Revista do Professor,** Porto Alegre, 16 (62), ABR./JUN. 2000

ANEXO



**CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL
JOSÉ ONOFRE DOS SANTOS**

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

**ELAINE CRISTINA ELIAZAR PAIVA
NILSE MACIEL RESENDE DE SOUZA
RITA DE FÁTIMA SILVA**

CRISTAIS, 2013
CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL
JOSÉ ONOFRE DOS SANTOS

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Dra. Regina Auxiliadora Barros de Souza do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

CRISTAIS, 2013**SUMÁRIO**

INTRODUÇÃO	25
1. FINALIDADES DA ESCOLA	26
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	30
2.1 Estrutura Organizacional Administrativa	31
2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica.....	31
3. CURRÍCULO.....	33
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES	38
5. PROCESSOS DE DECISÃO	43
6. RELAÇÕES DE TRABALHO	47
7. AVALIAÇÃO	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
REFERÊNCIAS	60

INTRODUÇÃO

O Centro Municipal de Educação Infantil José Onofre dos Santos está localizado num bairro novo de Cristais, chamado Vila Madalena, à Rua Prefeito Paulo Ribeiro nº 510. É uma entidade municipal, mas que recebe doações da comunidade para melhoria no atendimento. Atende em período integral as crianças desse bairro e adjacências e em período parcial alunos do pré-escolar de todo o município. Os pais ou responsáveis dessas crianças são no geral trabalhadores das fábricas de facções ou trabalhadores rurais ou ainda funcionários públicos. Precisam muito desse centro de educação para poder trabalhar despreocupados sabendo que seus filhos estão em boas mãos, sendo bem tratados. Já em período parcial, na pré-escola, atende toda a zona urbana e qualquer classe social.

O CEMEI José Onofre dos Santos possui infraestrutura adequada aos padrões de qualidade para educação infantil, de acordo com o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para Rede Escolar Pública de Educação Infantil (PROINFÂNCIA), por considerar que a construção de creches e escolas de educação infantil bem como a aquisição de equipamentos para a rede física escolar desse nível educacional são indispensáveis à melhoria da qualidade da educação. O programa foi instituído pela Resolução nº 6, de 24 de abril de 2007, e é parte das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do Ministério da Educação, Plano que o Município de Cristais aderiu em dezembro de 2007. O CEMEI possui uma infraestrutura moderna e adaptada à faixa etária que atendemos, Educação Infantil e aos portadores de necessidades especiais. São utilizados todos os espaços, porém falta um pouco de materiais como brinquedos, livros e computadores conectados à internet para alunos e professores. A construção iniciou em março de 2008 e iniciamos as atividades no dia 24 de janeiro de 2011

Contamos hoje com trinta funcionários capacitados, mas nem todos habilitados, empenhados com uma escola modelo em educação infantil. O centro tem como gestoras uma diretora e uma vice-diretora, na parte docente têm uma professora eventual, quatro professoras de pré-escolar uma professora de educação física. Na parte administrativa quatro agentes de serviço escolar (cozinha), cinco agentes na limpeza ,dez agentes de CEMEI que cuidam das crianças, uma secretária escolar, uma operária que cuida do jardim e dos portões, dois vigilantes noturno.

Atendemos em período integral (6h às 18h) cerca de 124 crianças de 6 meses à 6 anos de idade, distribuídas em 05 turmas. Sendo que estudam na pré-escola, I Período matutino 22 crianças e II Período 20 crianças, as demais estão matriculadas na creche. Em tempo parcial, somente pré-escola, contamos com 42 crianças no II Período e 37 no I Período, no período vespertino.

A Educação Infantil é um dos principais espaços de desenvolvimento da criança, talvez o mais significativo. No entanto, ela não pode ser entendida como instituição substituta da família, mas como ambiente socializador diferente do familiar. Nela se dá o cuidado e a educação de crianças pequenas que aí convivem, exploram e conhecem, construindo uma visão de mundo e de si mesmas como sujeitos de direitos.

Pensando na responsabilidade que temos diante da sociedade e dos indivíduos que estão sob os nossos cuidados é que elaboramos nossa proposta de ação educativa com a intenção de sermos e formarmos agentes de transformação visando ao bem-estar da sociedade. Aqui exercitamos nossos ideais democráticos colocando nossos sonhos, nossos desejos.

1. FINALIDADES DA EDUCAÇÃO

O Projeto Político Pedagógico do Centro Municipal de Educação Infantil pretende situar e orientar os profissionais que nela atuam quanto aos procedimentos essenciais na sua ação educativa, em consonância com a Resolução CNE/CEB nº 5 de 17 de dezembro de 2009 que determina em seu art. 2º as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil em articulação com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e reúne princípios, fundamentos e procedimentos definidos pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, para orientar as políticas públicas na área e a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares. A proposta pedagógica do Centro Municipal de Educação Infantil José Onofre dos Santos considera a criança, centro do planejamento curricular, sendo sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta,

narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura e também, nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

Ao se elaborar este documento busca destacar a função principal da entidade que é educar através de atividades que desenvolvam o raciocínio e a criatividade do educando, solidificando desta forma, seu papel social e possibilitando às crianças o sucesso educacional, preservando seu bem-estar físico, e estimulando seus aspectos cognitivo, emocional e social. Decidimos por uma fundamentação pedagógica que permita acompanhar o educando em seu desenvolvimento considerando suas particularidades e ao mesmo tempo oferecendo suporte afetivo e educativo.

O PPP é uma proposta flexível a ser concretizada nos projetos educacionais, planejados no decorrer do processo educativo. Nela estão contidas as tendências pedagógicas utilizadas na Creche, bem como o sistema de estimulação, acompanhamento do crescimento e desenvolvimento das crianças. Os objetivos aqui propostos efetivar-se-ão em parceria com toda a comunidade escolar e com o real comprometimento de todos os profissionais que a elaboraram. Fundamenta-se na construção de um conhecimento que não é pronto e acabado, mas que está em permanente avaliação e reformulação, de acordo com os avanços dos principais paradigmas educacionais da atualidade ou outras alterações que se fizerem necessárias.

Não deseja ser, portanto um manual de ação pedagógica, mas um caminho aberto para ser enriquecido pela dinâmica da prática, tanto nos aspectos estruturais, como nos conteúdos e metodologia educacionais praticados. Pretendemos que este PPP seja o impulsor e condutor do bom desempenho do corpo técnico e administrativo no alcance da missão de educar, brincar e cuidar que esta instituição se propõe a concretizar.

“As pesquisas e os estudos sobre a Qualidade da Educação revelam, também, que uma educação de qualidade, ou melhor, uma escola eficaz é resultado de uma construção de sujeitos engajados pedagógica, técnica e politicamente no processo educativo, em que pese, muitas vezes, as condições objetivas de ensino, as desigualdades de origem socioeconômicas e culturais dos alunos, a desvalorização profissional e a possibilidade limitada de atualização permanente dos profissionais da educação.”(DOURADO,2010, p.8).

Para se obter uma escola de qualidade precisamos realmente de pessoas com responsabilidade, portanto promovemos a interação escola x comunidade, pois enquanto a sociedade exclui, o papel da instituição escolar deve ser o de formar, qualificar, abrir espaço para vivências e reflexões sobre o mundo, a vida em diferentes lugares, problematizando e exercitando a cidadania, propondo e buscando alternativas para uma vida com qualidade e justiça social. Precisamos ter consciência de que somos cidadãos do mundo. Esta cidadania do mundo parece distante, abstrata, mas ela começa pela cidadania local, concreta. Porém, nós da educação uma vez conscientizados desse dever, devemos também dividir esta responsabilidade com a família, conscientizando-os, pois sabemos que sozinha a escola não faz nada ou muito pouco perto do que é preciso ser feito! Todos da escola são responsáveis pela qualidade das experiências e aprendizagens oferecidas às crianças no ambiente escolar. Somos todos mediadores entre o espaço, o momento, o aluno e o conhecimento! Em sala de aula, a metodologia por nós adotada é construída dia-a-dia, de acordo com a realidade de cada turma de alunos. Procuramos trabalhar sob uma postura mediadora, levando em conta as experiências dos alunos, identificando o que sabem, o que querem saber e o que precisam aprender. O importante é favorecer a troca de experiências, como afirma Libâneo:

A questão dos métodos se subordinar aos conteúdos: se o objetivo é privilegiar a aquisição do saber, e de um saber vinculado às realidades sociais, é preciso que os métodos favoreçam a correspondência dos conteúdos com os interesses dos alunos, e que estes possam reconhecer nos conteúdos o auxílio ao seu esforço de compreensão da realidade (prática social) (LIBÂNEO,1985,p.29)

Buscamos realizar um trabalho que desperte o desejo da criança em entrar e permanecer na Escola, fazendo com que a mesma se envolva inteiramente com o estudo. Os limites são combinados com os alunos para que possam se desenvolver intelectualmente, aprendendo a respeitar os direitos do colega, cumprindo compromisso de respeitar a cada aluno como ser único, com limites e capacidades, desenvolvendo a sua autoestima e estimulando os seus progressos.

O Centro Municipal de Educação Infantil JOSÉ ONOFRE DOS SANTOS tem como filosofia de trabalho fazer deste um espaço de prazer e alegria, que garanta a aprendizagem de certas habilidades e conteúdos que são necessários para a vida em sociedade; um lugar de troca de experiências e responsabilidades, onde todos juntos encontrem caminhos para a concretização de seus sonhos. Temos como objetivo educacional propiciar o desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos: físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. A nossa Escola busca oferecer subsídios para que a criança construa capacidades e habilidades para enfrentar a vida de forma crítica, criativa e consciente, exercendo sua cidadania. Busca, também, formar pessoas que saibam pensar e interpretar o mundo, que sejam capazes de tomar decisões conscientes, baseadas nos princípios da solidariedade, do amor, do respeito ao ser humano, dos valores de bem. Desejamos preparar o aluno para responder aos desafios do mundo atual e futuro, reconhecendo a sua importância e participação na construção de um mundo melhor. Ao concluir os estudos nesta escola, o aluno deverá ser capaz de adquirir e construir conhecimentos que o faça: expressar-se claramente, utilizando a linguagem como meio de ampliação e expressão de seu pensamento; utilizar padrões de comportamento para viver e atuar em grupos na sociedade; resolver problemas cotidianos, aplicando e produzindo novos conhecimentos.

A prática da Educação Infantil no Centro Municipal de Educação Infantil JOSÉ ONOFRE DOS SANTOS se organiza de modo que as crianças se desenvolvam no intuito de desenvolver uma imagem positiva de si, atuando de forma cada vez mais independente, com confiança em suas capacidades e percepção de suas limitações; descobrir e conhecer progressivamente seu próprio corpo, suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo e valorizando hábitos de cuidado com a própria saúde e bem-estar; estabelecer vínculos afetivos e de troca com adultos e crianças, fortalecendo sua autoestima e ampliando gradativamente suas possibilidades de comunicação e interação social; estabelecer e ampliar cada vez mais as relações sociais, aprendendo aos poucos a articular seus interesses e pontos de vista com os demais, respeitando a diversidade e desenvolvendo atitudes de ajuda e os seus deveres como aluno e criança. Realizamos o nosso trabalho partindo do colaboração; observar e explorar o ambiente com atitude de curiosidade, percebendo-se cada vez mais como integrante, dependente e agente transformador do meio ambiente e valorizando atitudes que contribuem para a sua conservação;

brincar, expressando emoções, sentimentos, pensamentos, desejos e necessidades; utilizar as diferentes linguagens (corporal, musical, plástica, oral e escrita) ajustadas às diferentes intenções e situações de comunicação, de forma a compreender e ser compreendido, expressar suas ideias, sentimentos, necessidades e desejos e avançar no seu processo de construção de significados, enriquecendo cada vez mais sua capacidade expressiva; conhecer algumas manifestações culturais, demonstrando atitude de interesse, respeito e participação frente a elas e valorizando a diversidade.

Assim sendo, buscamos uma atuação que contemple as capacidades de ordem física, associadas à possibilidade de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, ao autoconhecimento, ao uso do corpo na expressão das emoções, ao deslocamento com segurança; capacidades de ordem cognitiva, associadas ao desenvolvimento dos recursos para pensar, o uso e apropriação de formas de representação e comunicação envolvendo soluções de problemas; capacidades de ordem afetivas, associadas à construção da autoestima, às atitudes no convívio social, à compreensão de si e dos outros; capacidades de ordem estética, associadas à possibilidade de produção artística e apreciação desta produção, oriundas de diferentes culturas; capacidades de ordem ética, associadas à possibilidade de construção de valores que norteiam a ação das crianças; capacidades de relação interpessoal, associadas à possibilidade de estabelecimento de condições para o convívio social. Isso implica aprender a conviver com as diferenças de temperamentos, de intenções, de hábitos e costumes, de culturas; capacidades de inserção social associadas à possibilidade de cada criança perceber-se como membro participante de um grupo, de uma comunidade e de uma sociedade.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Para organizar bem uma instituição precisamos conhecê-la e saber como é a divisão de responsabilidades para que possamos atender bem a comunidade escolar que ali frequenta. São muitos os envolvidos no processo para realizar bem os objetivos em comum.

No sistema administrativo, observa-se a organização dos recursos humanos, estrutura física e a função financeira. Tudo deve ser muito bem planejado e articulado em conjunto para que funcione de forma eficiente e atenda a necessidade de todos os envolvidos. Na estruturação pedagógica situam-se funções de ensino-aprendizagem que motivem e esclareçam os pilares da boa educação, do como ensinar, para que ensinar elaborando planos e ações didático-pedagógicas que proporcionem a aprendizagem na escola.

2.1. Estrutura Organizacional Administrativa.

O CEMEI José Onofre dos Santa conta com funcionários, não lotados na instituição, que são selecionados conforme vontade do administrativo: Agentes Professor, Agentes de CEMEI, Agentes de Serviço Escolar, Secretária Escolar, Vigilante Noturno, Operário, Diretor e vice-diretor e um Supervisor Pedagógico para três centros de educação infantil. Tendo ai uma diferença em relação a gestão harmônica e democrática. Portanto são movimentados não conforme necessidade da escola, mas pautado nos interesses políticos. No ambiente onde deveria ter colaboração mútua, prevalecem as relações hierárquicas. Observa sim a necessidade quantitativa, nem sempre aliada à qualitativa. O que deveria ser era uma organização levando em consideração o direito de participação da população usuária. Tudo isso para atender o corpo discente, com em média, cerca 205 crianças de seis às dezoito horas. Somos acompanhados também pelo Conselho Escolar, Conselho da Caixa Escolar e Conselho de Classe.

No aspecto financeiro, não se tem autonomia total. Somente sobre o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) onde os conselheiros da Caixa Escolar atuam na compra e acompanham na aplicação dos recursos, os demais são organizados e utilizados pela Prefeitura Municipal, com respaldo da Diretora Municipal de Educação, que pede ajuda aos gestores quanto à aplicação. A estrutura física da escola é adequada à clientela, já que foi um projeto do governo federal (PROINFÂNCIA) e é mantida pelo poder público municipal.

2.2. Estrutura Organizacional Pedagógica.

Buscamos realizar um trabalho que desperte o desejo da criança em entrar e permanecer na Escola, fazendo com que a mesma se envolva inteiramente com o

estudo. Os limites são combinados com os alunos para que possam se desenvolver intelectualmente, aprendendo a respeitar os direitos do colega, cumprindo os seus deveres como aluno e criança. Realizamos o nosso trabalho partindo do compromisso de respeitar a cada aluno como ser único, com limites e capacidades, desenvolvendo a sua autoestima e estimulando os seus progressos.

A nossa prática metodológica tem respaldo na Resolução nº. 5 de 17 de dezembro de 2009 CNE/CEB (Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil), que em seu Art. 4º estabelece que as propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura, e também, nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Dessa forma acreditamos que o ensino deve ocorrer por meio de aprendizagens significativas, propiciando situações de cuidado, brincadeiras e aprendizagens orientadas. Como prática metodológica, o cuidar refere-se a considerar as necessidades das crianças, observando-as, ouvindo-as e respeitando-as. Compreende interessar-se sobre o que a criança pensa, sente, sabe de si e do mundo. Acreditamos que através das brincadeiras, a criança pode apropriar-se de elementos da realidade imediata de tal forma a atribuir-lhes novos significados. Imaginar e imitar a realidade favorece a autoestima das crianças e a interiorização de determinados modelos de adulto no âmbito de grupos sociais diversos, acionando o pensamento para a resolução de problemas importantes e significativos. Cabe ao professor organizar situações, com apoio do supervisor pedagógico, para que as brincadeiras ocorram de maneira diversificada, onde as crianças possam escolher temas, papéis, objetos e companheiros, bem como jogos e regras. Situações que favoreçam a interação social são uma das estratégias mais importantes a ser usada pelo professor, onde os conflitos e a negociação de sentimentos, ideias e soluções são elementos indispensáveis. Enfim, acreditamos que o ensino deve buscar situações de aprendizagem que reproduzam contextos cotidianos nos quais, por exemplo, escrever, contar, ler, desenhar, procurar uma informação tenha uma função real. Em relação à rotina de atividades, esta deve estar clara às crianças, possibilitando a antecipação das situações que

irão acontecer. Isto requer um planejamento bimestral, diário e constante na organização do tempo.

Tão importante quanto à organização do tempo, consideramos importante, também, pensar na organização e formação dos grupos de crianças.. Nossas turmas de pré-escolar (I Período - 4 anos e II Período - 5 anos, idades completadas até 31 de março do ano corrente) deverão ser formadas por 25 crianças no máximo, nas turmas de Creche: Creche I (0 a 2 anos) máximo de 20 crianças para dois profissionais; Creche II (2 anos a 3 anos) e Creche III (3 a 4 anos) máximo 20 crianças para um profissional.

Para uma melhor distribuição de turmas do pré-escolar, usamos a idade cronológica. Já nas turmas de creche, temos apenas uma turma de cada onde todos são aceitos, as vezes até ultrapassando o número máximo.

A metodologia que propomos aqui é considerada elemento responsável pela mediação saber escola/condições concretas das crianças; conhecer criticamente a realidade para transformá-la. Partir da prática, teorizar sobre a mesma e voltar á prática. Partir do concreto, realizar abstrações e voltar de novo para o concreto. A metodologia deve ser encarada como meio e não como fim. A prática educativa, nesse sentido trabalha com o formar para..., no exercício de..., ou seja, a aula não prepara para a participação se ela não for participativa, não desenvolve habilidades de comunicação se ela é apenas transmissão/recepção de conteúdos, não desenvolve iniciativas e criatividade se ela é comando/obediência. Ao formar para a cidadania, o educando deve trabalhar em sala de aula o espaço para a cidadania dos alunos. Paulo Freire aponta os saberes necessários à prática educativa, dizendo que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção. Ele cita que não há docência sem discência; quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. Cabe ao professor se desprender da posição de detentor único do saber, pois ensinar inexiste sem aprender. Ao educando deve ser dada a oportunidade de exercer criticamente a capacidade de aprender.

3. CURRÍCULO

Um dos grandes desafios que as instituições educacionais têm enfrentado diz respeito a como tornar motivadores e significativos os conteúdos considerados

essenciais à formação de crianças.. Na verdade, o desafio está em encontrar uma possibilidade de envolvimento dos alunos em situações-problema, mobilizadoras da aprendizagem. A escolha de conteúdos está ligada ao momento histórico-cultural, à filosofia da escola, aos objetivos propostos e aos interesses dos diferentes grupos constitutivos da comunidade escolar.

Para tanto não podemos esquecer que ao falarmos de currículo, temos que entender o que ele significa.

“ Entendemos o currículo como o projeto que preside as atividades educativas escolares, define suas intenções e proporciona guias de ações adequadas e úteis para os professores, que são diretamente responsáveis por sua execução. Para isso, o currículo proporciona informações concretas sobre o que ensinar, quando ensinar, como ensinar e que, como e quando avaliar.” (Psicologia e currículo, São Paulo, àtica,1996,p.43-5)

Com relação às fontes de conteúdos, são os bens culturais acumulados historicamente pela experiência do homem e sistematizados cientificamente, a estrutura lógica das matérias, as condições psicológicas para a aprendizagem e as necessidades socioeconômicas e culturais, devem orientar o professor nessa difícil tarefa. Em termos dos núcleos conceituais (identidade, tempo, espaço, transformação) este será constitutivo dos conteúdos escolares e terá teorias de desenvolvimento e aprendizagem como fontes dos critérios de ênfase e complexidade.

“ A organização curricular com base nos objetivos comportamentais, a estruturação curricular com base nas competências e o planejamento do currículo com base na divisão de tarefas fazem parte da mesma lógica que engendra mecanismos de controle do trabalho docente e discente, de forma a garantir a eficiência e a eficácia do sistema de ensino.” (LOPES, 2006,p.47)

Para que possamos atingir os objetivos é necessário selecionar conteúdos que favoreçam o desenvolvimento destas capacidades. Definimos conteúdo como meio, e não como fim na aprendizagem. Sendo ele formal ou informal, o conteúdo corresponde a tudo o que acontece na Escola e fora dela, colaborando para a formação do cidadão e compreensão de mundo. Muito mais que noções e conceitos,

os conteúdos que o Centro Municipal de Educação Infantil José Onofre dos Santos privilegia relacionam-se a procedimentos e atitudes, ao aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver.

A escolha de conteúdos a serem priorizados tem como base a realidade dos alunos, os conhecimentos prévios dos mesmos, bem como os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, e como princípio, a flexibilidade. Tem como base a definição de currículo:

“Conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade.” (D. C. NACIONAIS EDUCAÇÃO INFANTIL, 2009,p.12)

Assim, como conteúdos explícitos, visamos trabalhar a Formação Pessoal e Social (identidade e autonomia) e o Conhecimento de mundo através dos eixos: Linguagem oral e escrita (o falar e o escutar, práticas de leitura e escrita); Movimento (Psicomotricidade, música, ritmo, expressividade, equilíbrio e coordenação); Matemática (números e sistema de numeração, grandezas e medidas, espaço e forma); Natureza e Sociedade (organização dos grupos e seu modo de viver, de ser e trabalhar; lugares e paisagens; objetos e processos de transformação; seres vivos; fenômenos da natureza); Artes Visuais (o fazer artístico e apreciação). Acreditamos que a aprendizagem se faz em todos os momentos e ambientes da escola: na hora da merenda, no uso do banheiro, no pátio quando em recreio ou atividade, na hora da chegada ou saída dos alunos, na sala de aula, etc. Dessa forma, todos da Escola são responsáveis pela qualidade das experiências e aprendizagens oferecidas às crianças no ambiente escolar. Somos todos mediadores entre o espaço, o momento, o aluno e o conhecimento! Em sala de aula, a metodologia por nós adotada é construída dia-a-dia, de acordo com a realidade de cada turma de alunos. Procuramos trabalhar sob uma postura mediadora, levando em conta as experiências dos alunos, identificando o que sabem, o que querem saber e o que precisam aprender. O importante é favorecer a troca de experiências. Buscamos realizar um trabalho que desperte o desejo da criança em entrar e permanecer na Escola, fazendo com que a mesma se envolva inteiramente com o estudo. Os limites são combinados com os alunos para que possam se desenvolver intelectualmente, aprendendo a respeitar os direitos do colega, cumprindo os seus

deveres como aluno e criança. Realizamos o nosso trabalho partindo do compromisso de respeitar a cada aluno como ser único, com limites e capacidades, desenvolvendo a sua autoestima e estimulando os seus progressos. A nossa prática metodológica tem respaldo na Resolução nº. 5 de 17 de dezembro de 2009 CNE/CEB (Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil), que em seu Art. 4º estabelece que as propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura, e também, nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Dessa forma acreditamos que o ensino deve ocorrer por meio de aprendizagens significativas, propiciando situações de cuidado, brincadeiras e aprendizagens orientadas.

Como prática metodológica, o cuidar refere-se a considerar as necessidades das crianças, observando-as, ouvindo-as e respeitando-as. Compreende interessar-se sobre o que a criança pensa, sente, sabe de si e do mundo. Acreditamos que através das brincadeiras, a criança pode apropriar-se de elementos da realidade imediata de tal forma a atribuir-lhes novos significados. Imaginar e imitar a realidade, favorece a autoestima das crianças e a interiorização de determinados modelos de adulto no âmbito de grupos sociais diversos, acionando o pensamento para a resolução de problemas importantes e significativos. Cabe ao professor organizar situações para que as brincadeiras ocorram de maneira diversificada, onde as crianças possam escolher temas, papéis, objetos e companheiros, bem como jogos e regras. Situações que favoreçam a interação social são uma das estratégias mais importantes a ser usada pelo professor, onde os conflitos e a negociação de sentimentos, ideias e soluções são elementos indispensáveis. Enfim, acreditamos que o ensino deve buscar situações de aprendizagem que reproduzam contextos cotidianos nos quais, por exemplo, escrever, contar, ler, desenhar, procurar uma informação tenha uma função real. Em relação à rotina de atividades, esta deve estar clara às crianças, possibilitando a antecipação das situações que irão acontecer.

A organização curricular da Educação Infantil, dentro do âmbito de experiência da Formação Pessoal e Social trabalhará Identidade e autonomia

destacando o conhecimento de si e do outro, a imagem corporal, o autoconceito e segurança com desenvolvimento das capacidades globais e afetivas e dos esquemas simbólicos de interação consigo, com o outro e o meio, valores, atitudes e normas explicitados (compreender para praticar): ser, estar, conviver. Já em relação ao Conhecimento de Mundo será trabalhado a construção das diferentes linguagens e de relações com os objetos de conhecimento, dando ênfase na relação da criança com alguns aspectos culturais. Ao se tratar do Movimento destacamos corporeidade, expressividade, equilíbrio e coordenação. Os eixos Música, Artes Visuais, Linguagem oral e escrita, Natureza e Sociedade e Matemática serão trabalhados com ações de brincar, jogar, competir, relacionar-se, cooperar, partilhar, enfrentar desafios, com domínio de diferentes formas de expressão e comunicação e de conteúdos relativos às diversas dimensões culturais, como apoio das aprendizagens sistematizadas, com operação com objetos e informações, apropriação de ferramentas da cultura humana necessárias à vida; construção de instrumentos e caminhos. As atividades se embasarão em conceitos, princípios e fatos (capacidade intelectual para operar com símbolos, ideias, imagens e representações, organizando a realidade, por aproximações sucessivas e elaboração, dos conceitos espontâneos aos científicos): Aprender, conhecer.

Não podemos esquecer que as aulas de Educação Física, obrigatórias na Educação Básica (Lei 10793 de 1º/12/2003) devem ser ministradas por profissional habilitado (LDB 9394/96 artigo 59, Inciso III) e com carga horária estabelecida na grade curricular. Grade esta que cada escola ou secretaria podem estabelecer, pois ainda não temos uma grade nacional comum.

De acordo com a faixa etária, foi definido que nas Creches I, II e III devemos criar um ambiente de acolhimento que dê segurança e confiança as crianças, garantindo oportunidades para que sejam capazes de:

- experimentar e utilizar os recursos de que dispõem para a satisfação de suas necessidades essenciais, expressando seus desejos, sentimentos, vontades e desagrados, e agindo com progressiva autonomia;
- familiarizar-se com a imagem do próprio corpo, conhecendo progressivamente seus limites, sua unidade e as sensações que ele produz;
- interessar-se progressivamente pelo cuidado com o próprio corpo, executando ações simples relacionadas à saúde e higiene;

- brincar; relacionar-se progressivamente com mais crianças, com seus professores e com demais profissionais da instituição, demonstrando suas necessidades e interesses.

Já na Pré-escola devemos aprofundar e ampliar os objetivos estabelecidos para a faixa etária de zero a três anos (Creche), garantindo oportunidades para que as crianças sejam capazes de:

- ter uma imagem positiva de si, ampliando sua autoconfiança, identificando cada vez mais suas limitações e possibilidades, e agindo de acordo com elas;
- identificar e enfrentar situações de conflitos, utilizando seus recursos pessoais, respeitando as outras crianças e adultos e exigindo reciprocidade;
- valorizar ações de cooperação e solidariedade, desenvolvendo atitudes de ajuda e colaboração e compartilhando suas vivências;
- brincar explorando novos conceitos;
- adotar hábitos de auto cuidado, valorizando as atitudes relacionadas com a higiene, alimentação, conforto, segurança, proteção do corpo e cuidados com a aparência;
- identificar e compreender a sua pertinência aos diversos grupos dos quais participam, respeitando suas regras básicas de convívio social e a diversidade que os compõe.

4. TEMPOS E ESPAÇOS

Para o sociólogo alemão Norbert Elias o conceito que temos de tempo é fruto de um longo processo de aprendizagem registrado ao longo das gerações. Costumamos dizer que o tempo passa, conferindo, assim, movimento ao tempo. Mas, o tempo não passa. Na realidade, nós é que passamos e envelhecemos, são as situações que têm começo, meio e fim. A ação dos tempos e faz presente nas transformações de nossas vidas ou nas vidas das sociedades em que vivemos. A noção de tempo é concebida como um longo processo histórico de aprendizagem, de acumulação de experiências feitas e refeitas incessantemente ao longo das gerações. Sendo assim, o conceito de tempo e a relação que os homens estabelecem com ele variam de acordo com o estágio de desenvolvimento em que se encontram os grupos humanos.

A forma de determinação do tempo é resultante de um processo de evolução que se deu ao longo dos séculos, numa ligação recíproca com o aumento de necessidades sociais específicas de coordenar e sincronizar o desenrolar das atividades humanas entre si, e destas com o desenrolar dos processos físicos externos aos homens (ELIAS, 1998, p. 98).

O espaço físico é, para o ser humano, um espaço apropriado, disposto e habitado. Neste sentido, o espaço é uma construção social e o espaço escolar, é um símbolo, apropriado para certa época disposto e habitado por docentes e discentes, que comunicam e educam. O espaço escolar enquanto território condiciona e explica as relações com os espaços que estão ao seu redor; mostra as relações entre as zonas edificadas e não edificadas da escola, a sua distribuição e o seu uso; além da disposição interna das zonas edificadas. Tem que levar em consideração também os espaços pessoais dentro do universo escolar, como a carteira, o arquivo, o armário, o escaninho, etc....

Um dos elementos - chave na configuração da cultura escolar de uma determinada instituição educativa, juntamente com a distribuição e os usos do tempo, os discursos e as tecnologias da conversação e comunicação nela utilizados, é a distribuição e os usos do espaço, ou seja, a dupla configuração deste último como lugar e como território. (...)a instituição escolar ocupa um espaço que se torna, por isso, lugar. Um lugar específico, com características determinadas, aonde se vai, onde se permanece umas certas horas de certos dias, e de onde se vem. Ao mesmo tempo, essa ocupação de espaço e sua conversão em lugar escolar leva consigo sua vivência como território por aqueles que com ele se relacionam. Desse modo é que surge, a partir de uma noção objetiva – a de espaço – lugar – uma noção subjetiva, uma vivência individual ou grupal, a de espaço – território. (VIÑAO, 2005, p. 17)

O ambiente escolar é um espaço público no qual grande parte de nossas crianças e jovens passam seu tempo - é um dos lugares que permitem exercitar tal convívio. A estrutura física da escola, assim como sua organização, manutenção e segurança revela muito sobre a vida que ali se desenvolve. Portanto devemos considerar o espaço como um material pedagógico.

O Centro Municipal de Educação Infantil José Onofre dos Santos está localizado num bairro novo de Cristais, chamado Vila Madalena. Atende em período integral(seis horas às dezoito horas) as crianças desse bairro e adjacências. As crianças em período de pré-escolar de período integral estudam das sete horas às onze horas e quinze minutos. Os pais ou responsáveis dessas crianças são no geral trabalhadores das fábricas de facções ou trabalhadores rurais ou ainda funcionários públicos. Precisam muito desse centro de educação para poder trabalhar despreocupados sabendo que seus filhos estão em boas mãos, sendo bem tratados. Já em período parcial (meio dia e meia às dezesseis horas e quarenta e cinco minutos), na pré-escola, atende toda a zona urbana e qualquer classe social.

O CEMEI José Onofre dos Santos possui infraestrutura adequada aos padrões de qualidade para educação infantil, de acordo com o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para Rede Escolar Pública de Educação Infantil (PROINFÂNCIA), por considerar que a construção de creches e escolas de educação infantil bem como a aquisição de equipamentos para a rede física escolar desse nível educacional são indispensáveis à melhoria da qualidade da educação. O programa foi instituído pela Resolução nº 6, de 24 de abril de 2007, e é parte das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do Ministério da Educação, Plano que o Município de Cristais aderiu em dezembro de 2007. O CEMEI possui uma infraestrutura moderna e adaptada à faixa etária que atendemos, Educação Infantil e aos portadores de necessidades especiais, conforme é assegurado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

“A acessibilidade de espaços, materiais, objetos, brinquedos e instruções para as crianças com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação.”(D. C. NACIONAIS EDUCAÇÃO INFANTIL , 2009,p.12)

A escola é dividida em três blocos:

- Bloco administrativo: Secretaria e Orientação Pedagógica, Diretoria, Recepção, Sala Professores e Reunião, Almoxarifado e Sanitários
- Bloco de Serviços: Cozinha,(Preparo, Cocção,Distribuição, Lactário, Lavagem de utensílios, Lavagem de panelas, Depósito de alimentos não perecíveis (despensa) e Depósito de alimentos perecíveis (freezer /geladeira),Lavatório,

Vestiários , Depósito de Material de Limpeza (DML) , Lavanderia , Rouparia, Área de Serviços, Descoberto .

- Bloco Pedagógico: quatro salas de creche (zero a três anos), quatro salas de aula (Pré-escolar), solário, Pátio coberto e descoberto, Sanitários, Sala de Leitura e Multiuso e Laboratório de Informática.

Como atualmente muito se fala sobre “Educação em Tempo Integral” e muitos estados e municípios estão se adequando a esta realidade, criando projetos alternativos,devemos refletir que mais tempo significa atuar com as novas tecnologias da informação, mas dedicar-se mais às funções relacionadas ao ensino e à aprendizagem e com vivências mais reflexivas.

“A organização social do tempo é um elemento que simultaneamente reflete e constitui as formas organizacionais mais amplas de uma dada sociedade. Dentre os meios de organização do tempo social destaca-se o tempo de escola que, sendo a mais importante referência para a vida das crianças e adolescentes, tem sido, no mundo contemporâneo, um pilar para a organização da vida em família e da sociedade em geral.” (CAVALIERE, 2007)

O Planejamento é feito coletivamente e bimestralmente por acharmos que melhor acompanha o desenvolvimento dos alunos . Tem o roteirodiário embasado no planejamento que é eficaz e constante na organização do tempo. O trabalho coletivo viabiliza resultados favoráveis, fazendo com que cada um cresça, se desenvolva, coopere fazendo o grupo crescer também. Para que isto aconteça é preciso que existam —espaços, com hora e lugar definidos, destinados ao encontro dos professores para troca de ideias sobre a prática, para a supervisão, estudos, organização e planejamento de atividades de rotina ou projetos (RCN's VOL 1 – PÁG.67,Lei 11738 de 16/07/2008). —Compartilhar é um processo que contribui para que a instituição se constitua como unidade educacional, no sentido de que as teorias, a prática e os saberes expressos estejam condizentes com o projeto coletivo da Escola e sua proposta pedagógica. Pensamos que a prática de sala de aula de cada professor possa acontecer de diferentes maneiras, porém partindo dos princípios comuns assumidos pelo coletivo, contemplando as expectativas das crianças, dos pais, da Escola, da comunidade.

O Planejamento para os alunos de creche I, II e III ainda não feitos, por não termos todos os profissionais habilitados. Espera-se que vá ser feito gradativamente com ajuda do Supervisor Pedagógico e Secretaria Municipal dando cursos de capacitação para tais funcionários.

Tão importante quanto à organização do tempo, consideramos importante, também, pensar na organização e formação dos grupos de crianças. Se o que buscamos é um atendimento individualizado, nossas turmas de alunos do pré-escolar deverão ser formadas por 25 crianças no máximo, obedecendo a idade cronológica, orientações psicológicas ou processo de inclusão, quando necessários, e as crianças de período integral ingressarem com prioridade no período matutino do pré-escolar.

“Até os 12 meses, é aconselhável não ter mais de 6 crianças por adulto, sendo necessária uma ajuda nos momentos de maior demanda, como, por exemplo, em situações de alimentação. Do primeiro ao segundo ano de vida, aproximadamente, aconselha-se não mais do que 8 crianças para cada adulto, ainda com ajuda em determinados momentos. A partir do momento no qual as crianças deixam as fraldas até os 3 anos, pode-se organizar grupos de 12 a 15 crianças por adulto. Quando as crianças adquirem maior autonomia em relação aos cuidados e interação de forma mais independente com seus pares, entre 3 e 6 anos, é possível pensar em grupos maiores, mas que não ultrapassem 25 crianças por professor.”
(RCN's VOL.1 – PÁG.73).

Ao trabalhar com os eixos propostos no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil os professores por conhecerem as necessidades e a realidade da sala de aula e que são as pessoas mais indicadas, devem organizar esse tempo escolar, constante na grade curricular, fixando o tempo de cada disciplina, concedendo mais tempo – que normalmente é apenas de uma hora ou menos – para disciplinas que são consideradas de mais importância e menos tempo para serem desenvolvidos os demais conteúdos. Comentando sobre esse assunto e sobre o resultado imediato no desenvolvimento escolar dos alunos, Enguita (1989) diz:

A sucessão de períodos muito breves – sempre de menos de uma hora – dedicados a matérias muito diferentes entre si, sem necessidade de

sequência lógica entre elas, sem atender à melhor ou à pior adequação de seu conteúdo a períodos mais longos ou mais curtos e sem prestar nenhuma atenção à cadência do interesse e do trabalho dos estudantes; em suma, a organização habitual do horário escolar ensina ao estudante que o importante não é a qualidade precisa de seu trabalho, a que o dedica, mas sua duração. A escola é o primeiro cenário em que a criança e o jovem presenciam, aceitam e sofrem a redução de seu trabalho a trabalho abstrato. (ENQUITA, 1989, p.180)

O calendário escolar deve obedecer às leis pertinentes, como LDB e resoluções estaduais e feito pela própria escola ao findar o ano letivo ou no início do ano seguinte. Deve constar neste calendário as datas de avaliações, cursos, os feriados, as férias, períodos em que o ano se divide os dias letivos, as atividades extracurriculares (como campeonatos, festa junina, festa da família entre outros) e as atividades pedagógicas (como trabalho coletivo na escola, conselho de classe, cursos de capacitação e paradas pedagógicas), claro que observando a realidade da clientela atendida. Em seguida enviado e após aprovado pela Secretaria Municipal de Educação encaminhado para aprovação da Superintendência Regional de Ensino.

O tempo e o espaço escolar devem ser aproveitados para alcançarmos melhores resultados na ação escolar, mudanças na própria concepção de educação escolar, isto é, no papel da escola na vida e na formação dos indivíduos, levando em conta o bem-estar das crianças e o conforto aos adultos.

5. PROCESSOS DE DECISÃO

Para se ter uma Educação de qualidade, precisa-se de uma Educação democrática e para tanto precisamos da participação da comunidade escolar e de uma gestão também democrática. Para que isso aconteça quanto maior for o número de pessoas envolvidas seriamente para realização da autonomia nas escolas, melhor.

O Processo de Tomada de Decisão exerce o topo da pirâmide da interação entre essas pessoas, pois controla o grupo, coordena as decisões aproximando as normais concretas abstratas, desenvolvendo resultados e promovendo o equilíbrio com a sua liderança.

Tomada é uma conquista ou represa para fins industriais; Decisão é firmeza ou coragem na sentença ou resolução.

Já segundo FERREIRA. A.B.H(1988,P.98) Tomada de Decisão é o ato ou efeito de tomar, de decidir, resolução, determinação, deliberação, desembaraço, disposição, coragem capacidade de decidir. Sendo assim segundo nossas reflexões podem-se dizer que Tomada de Decisão é um ato que exige firmeza ou coragem na resolução do problema, objetivando conquistar resultados positivos tanto pessoal quanto econômico.

Mas esse processo é árduo e requer muitas lutas, diálogos e discussões. Essas buscas e lutas pela democracia, pelas mudanças na Educação não começou hoje não. Essa batalha vem há muitos anos. Mas podemos citar algumas importantes como a Conferência Mundial de Educação (1990), a Reunião dos Ministros de Educação (Promedlac IV/ 1991), 24ª Reunião da Cepal em Santiago (1992), Seminário Internacional organizado pela UNESCO (1993), LDB de 1994, as Conferências Estaduais (COEED) e Nacional de Educação (CONAE), em 2009 e 2010.

Com tantas sugestões e mudanças, os conselhos Escolares foram fortalecidos e ressaltados sua importância nas áreas pedagógica, financeira e administrativa que são mecanismos de participação e decisão na escola e na Educação. Esses conselhos estão se fortalecendo na gestão escolar desde final de 1980 e reforçados nos últimos 08 anos, entendendo a importância da participação ativa dos diferentes segmentos na vida da escola em seus diferentes processos educativos. A consolidação dos conselhos escolares implica em buscar a articulação efetiva entre os processos pedagógicos, a organização da escola e o financiamento da educação e da escola propriamente dita, tudo em função da defesa da autonomia da escola. Porém mesmo com a autonomia nas escolas alguns itens devem ser cumpridos, como os que constam nos artigos 12 a 15 da LDB que ressaltam sobre a Proposta Pedagógica, calendário e rendimento escolar, recuperação, articulação com a família.

Para melhorar ainda esse processo de implantação da democracia, temos o Conselho Escolar, com seu regimento, reuniões ordinárias ou extraordinárias, com participação dos segmentos de pais, comunidade, funcionários eleitos pelos seus pares em cada segmento. O Conselho Escolar é constituído por representantes de

pais, estudantes, professores, demais funcionários, membros da comunidade local e o diretor da escola. Cada escola deve estabelecer regras transparentes e democráticas de eleição dos membros do conselho. São objetivos do Conselho Escolar:

- Ampliar a participação das comunidades escolar e local na gestão administrativa, financeira e pedagógica das escolas públicas;
- Apoiar a implantação e o fortalecimento de conselhos escolares;
- Instituir, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, políticas de implantação e fortalecimento de conselhos escolares;
- Promover em parceria com os sistemas de ensino a capacitação de conselheiros escolares;
- Estimular a integração entre os conselhos escolares;
- Apoiar os conselhos escolares na construção coletiva de um projeto educacional no âmbito da escola, em consonância com o processo de democratização da sociedade;
- Promover a cultura do monitoramento e avaliação no âmbito das escolas, para a garantia da qualidade da educação.

Todos eles a fim de assegurar a qualidade de ensino. Eles têm funções deliberativas, consultivas, fiscais e mobilizadoras, garantindo a gestão democrática nas escolas públicas. Entre as atividades dos conselheiros estão, por exemplo, definir e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à escola e discutir o projeto pedagógico com a direção e os professores.

Temos também em nossa escola o Conselho da Caixa Escolar, para fins financeiros- PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) formado com membros da comunidade, que ajudam e participam de todo processo desde à sugestão de compras até a prestação das mesmas. Tudo é repassado e analisado também pelo Conselho Escolar. O Conselho de Classe atua na parte pedagógica e disciplinar da escola ajudando na melhoria da educação. Tudo que se tem que tomar decisões é

feito em conjunto, com professores, supervisão, direção e demais funcionários. Assuntos são debatidos, analisados e concluídos com participação de todos. E isso compete ao diretor, pois ele tem entre outros, o papel de articular e incentivar a participação de ações colegiadas na escola, que venham possibilitar o processo de discussão com professores, funcionários, alunos e pais de alunos e a tomada de decisão em conjunto acerca das problemáticas em que a escola esteja envolvida, apontando para solução das mesmas.

Sabemos que está longe de ser o ideal, mas estamos lutando para que se faça uma educação participativa e que atue no bem das crianças, formando cidadãos críticos e capazes de lutar por um mundo melhor, por uma educação de qualidade e democrática.

“A democratização dos sistemas de ensino e da escola implica aprendizado e vivência do exercício de participação e de tomadas de decisão. Trata-se de um processo a ser construído coletivamente, que considera a especificidade e a possibilidade histórica e cultural de cada sistema de ensino: municipal, distrital, estadual ou federal de cada escola.” (MEC,2004)

Para consolidar uma Gestão Democrática, precisamos ter conselhos mais atuantes, capacitados e convictos de seus deveres. Para tanto precisamos passar por um processo claro e limpo quanto o processo de indicação dos gestores escolares. A LDB dispõe que estes: definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica (art. 14); assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira (art. 15). Para tanto ainda não são específicos como realizar essa Gestão Democrática. Muitos estados e municípios criaram legislações próprias para realização de eleições nas escolas públicas, seguindo regimentos e processos eletivos justos, claros que envolvam profissionais habilitados e capacitados para atuarem na educação como gestores ou administradores de escolas. Martins (1994, p. 22) define a administração como "processo de planejar para organizar, dirigir e controlar recursos humanos, materiais, financeiros e informacionais, visando à realização de objetivos".

6. RELAÇÕES DE TRABALHO

As relações de trabalho são os vínculos que se estabelecem no âmbito do trabalho. De uma forma geral, fazem referência às relações entre o trabalho, mão-de-obra (que presta o trabalhador) e o capital (pago pela entidade empregadora) no âmbito do processo de produção. Nas sociedades modernas, as relações de trabalho são reguladas por meio de um contrato de trabalho, que estipula os direitos e as obrigações de ambas as partes. Por exemplo, o contrato laboral prevê uma cláusula de proteção no emprego, segundo a qual o trabalhador (ou assalariado) tem direito a auferir uma indenização caso seja despedido sem justa causa.

É muito importante a interação escola x comunidade, pois enquanto a sociedade exclui, o papel da instituição escolar deve ser o de formar, qualificar, abrir espaço para vivências e reflexões sobre o mundo, a vida em diferentes lugares, problematizando e exercitando a cidadania, propondo e buscando alternativas para uma vida com qualidade e justiça social. Precisamos ter consciência de que somos cidadãos do mundo. Esta cidadania do mundo parece distante, abstrata, mas ela começa pela cidadania local, concreta. Porém, nós da educação uma vez conscientizados desse dever, devemos também dividir esta responsabilidade com a família, conscientizando-os, pois sabemos que sozinha a escola não faz nada ou muito pouco perto do que é preciso ser feito!

A equipe de profissionais do Centro Municipal de Educação Infantil é formada por servidores públicos José Onofre dos Santos municipais de Cristais e estagiários de nível superior das instituições conveniadas com a Prefeitura Municipal ou Diretoria Municipal de Educação. Todos os integrantes desta equipe, independente da sua função deverão promover durante sua prática a busca pelo desenvolvimento pleno das crianças atendidas, e o convívio harmônico, ético com todos os participantes do processo, alunos, pais, funcionários, direção e professores. Enfim, aqui inicia nosso trabalho, nossa caminhada, alicerçada na certeza que o presente documento não tem a pretensão de ser —*A Receita da Boa Educação*, e sim, um espaço de democracia e diálogo, de busca e tentativa — que supõe erros e acertos — de se fazer uma educação que contribuirá para a melhoria de cada ser humano, enquanto ser de possibilidades e necessidades espirituais e materiais.

A criança constitui relação um com outro por meio da escolarização tornando-se necessário destacar o lugar que a mesma ocupa em evidência no processo educacional. Na Educação Infantil, mas precisamente na creche, a interação da criança com o adulto/professor está ligada intimamente 12 horas por dia.

O cotidiano escolar se dá de maneira prática, ativa, afetiva e pedagógica, pois até mesmo a higiene feita pelo banho, à troca de fraldas, o pentear os cabelos, o ninar para dormir são verdadeiros relacionamentos que há continuamente entre criança e adulto dentro da instituição infantil.

Uma pedagogia que valoriza as diversas relações, os valores devem ser colocados em contextos, em processos comunicativos e na construção de ampla rede de intercâmbios recíprocos entre crianças e entre estas e os adultos. Desse modo, o sistema de relacionamentos tem em si mesmo uma capacidade virtualmente autônoma de educar (Edwards, As cem linguagens da criança, 1999, p.79).

Por intermédio deste relacionamento damos condições de cada ator envolver, para melhorar a qualidade educacional dentro do CEMEI. Tendo em vista a postura do gestor direcionando o olhar observador, contribuindo com o seu papel de articulador, motivador e favorecendo o diálogo para o coletivo da instituição não perder o foco, que é nada mais, nada menos que o educar, zelar e brincar em diferentes espaços dentro da educação infantil.

E compete ao gestor e vice às seguintes atribuições::

- Representar oficialmente o CEMEI, tornando-o aberto aos interesses da comunidade, estimulando o envolvimento dos alunos, pais, professores e demais membros da equipe escolar;
- Zelar para que o CEMEI sob sua responsabilidade ofereça serviços educacionais de qualidade, por meio das seguintes ações:
 - Coordenar o Projeto Político-Pedagógico;
 - Apoiar o desenvolvimento e divulgar a avaliação pedagógica;
 - Adotar medidas para elevar os níveis de proficiência dos alunos e sanar as dificuldades apontadas nas avaliações externas;
 - Estimular o desenvolvimento profissional dos professores e demais servidores em sua formação e qualificação;
 - Organizar o quadro de pessoal e responsabilizar pelo controle da frequência dos servidores;
 - Conduzir a Avaliação de Desempenho da equipe da escola;
 - Responsabilizar pela manutenção e permanente atualização do processo funcional do servidor;

- Garantir a legalidade e regularidade do CEMEI e a autenticidade da vida escolar dos alunos;
- Zelar pela manutenção dos bens patrimoniais, do prédio e mobiliário escolar;
- Indicar necessidades de reforma e ampliação do prédio e do acervo patrimonial;
- Prestar contas das ações realizadas durante o período em que exercer a direção do CEMEI e a presidência do Conselho Escolar;
- Assegurar a regularidade do funcionamento da Caixa Escolar, responsabilizando por todos os atos praticados na gestão do CEMEI;

Compete ao Vice - diretor:

- Assumir as atribuições delegadas pelo gestor do CEMEI;
- Cumprir os compromissos assumido pelo(a) gestor(a) nos seus afastamentos;
- Zelar para que o CEMEI eleve, gradativamente, os padrões de aprendizagem escolar de seus alunos e contribua para a formação da cidadania;
- Substituir o gestor (a) nos afastamentos temporários ou na vacância do cargo.

As Agentes de CEMEI (monitoras) têm um papel de grande valia dentro da creche porque ao controlar a entrada e saída das crianças, o brincar e zelar pela a integridade dos alunos é desde da chegada e permanência deles na creche. E compete as agentes de CEMEI como são designadas as seguintes atribuições:

- Assistir ao Agente Professor lotado no CEMEI, cuidando dos menores em relação à higiene, alimentação, nas brincadeiras, jogos e, ainda, no recebimento se entrega das crianças aos responsáveis;
- Preparar os ambientes de atividades, recreação brinquedotecas e de alimentação sob orientação dos professores, supervisores e orientadores educacionais;
- Ministrasr alimentação diferenciada e medicações quando for o caso sob orientação de professores, supervisores e orientadores educacionais;
- Participar do processo de melhoria das condições dos profissionais dos Centros Municipais de Educação Infantil;

- Acompanhar as atividades ao ar livre e nas eventuais excursões e passeios, auxiliando o professor nos cuidados para evitar acidentes;
- Examinar constantemente brinquedos, mobiliário e outros equipamentos evitando acidentes com as crianças;
- Cuidar da limpeza e desinfecção periódica dos utensílios, roupas, brinquedos e outros objetos manipulados ou usados pelas crianças;
- Comunicar aos professores, supervisores, orientadores ou coordenadores, qualquer situação de risco que perceba ou mudanças repentinas, ferimentos ou estado febril que perceba na criança;
- Outras tarefas do dia a dia da criança no estabelecimento escolar.

Já as Agentes de Serviço Escolar (serventes escolares) zelam e bem pela a conservação e limpeza do prédio, mobiliário escolar e material didático. Ajuda na disciplina com as crianças, principalmente fora da sala de aula, com o preparo e ajuda da distribuição das merendas e as levam ao banheiro. As serventes escolares têm suas atribuições reconhecidas por toda equipe escolar, pois da cantineira a limpeza em geral tudo passa sobre seus cuidados:

- Zelar pelo ambiente escolar mantendo a ordem e a harmonia;
- Cumprir horário, conforme legislação vigente;
- Desempenhar tarefas de interesse do serviço, a critério da direção do CEMEI;
- Cuidar da limpeza, movimentação e conservação dos móveis e utensílios do CEMEI;
- Preparar e distribuir alimentos;
- Entregar correspondências e documentos diversos;
- Cuidar da portaria;
- Auxiliar o aluno com necessidades especiais em atividades de locomoção uso de utensílios, banheiros, e outros, na ausência de outro profissional capacitado;
- Conduzir o aluno até sua residência, nos casos em que se fizerem necessários.

Temos ainda dentro do CEMEI e de valor irrelevante é o vigilante , pois toda segurança ao anoitecer depende do seu cuidado e presteza de atitude para nada acontecer ao patrimônio público que é a creche.

Pensar o lugar da criança no contexto educativo é também ter claro o lugar que o adulto/professor ocupa.

É importante que o papel do adulto/professor na creche transforme-se de única e principal referência relacional e estimuladora de conhecimentos a um papel mais sutil, embora também mais complexo, de quem garante as relações harmoniosas entre as crianças e um ambiente no qual ele próprio é, ao mesmo tempo, protagonista e cenógrafo. Com isso, qualquer projeto educacional deve ter bases e objetivos estruturados nas relações de solidariedade, que considero duas dimensões essenciais para a definição dos papéis e das atribuições da docência da educação infantil, principalmente nos tempos atuais, em que a violência assola nossa sociedade (MUSATTI, 1998, p.201).

E neste contexto para desenvolvermos a tarefa de educar temos de criar uma organização e um ambiente de trabalho que favoreça o diálogo e o debate, a análise e a reflexão da prática educativa, pois a equipe de profissionais é o motor da escola, e o foco é o aluno. Em determinada situação conflitos ocorrem dentro da creche, cabe aí à postura do professor ser mediador desses conflitos, procurando sanar possíveis brigas, mordidas, tapas, empurrões, beliscões entre as crianças dentro da sala tendo uma postura em remediar, primeiramente com diálogo, e logo após persistindo certas rixas procurar a ajuda do gestor e da família com tudo registrado em livro de ata adequado a cada situação. E quando há conflitos entre adultos a postura passa a ser do gestor com medidas claras e cabíveis ao fato ocorrido, sendo também mediador em apaziguar e solucionar de maneira objetiva e firme em suas decisões. E as atribuições dos docentes dentro do CEMEI são de suma importância, pois o educar a criança é para a vida toda, com isso as normas e regras dentro do CEMEI tem que ser cumpridas a risca:

- Participar das atividades do planejamento do ensino dentro da programação escolar;
- Comparecer às atividades escolares com a pontualidade necessária ao desenvolvimento do trabalho;

- Participar de reuniões e Comissões para as quais tenha sido convocado;
- Tratar com urbanidade e isenção os colegas de trabalho;
- Respeitar a hierarquia administrativa e pedagógica em suas atitudes, atividades e reivindicações;
- Zelar pelo patrimônio do CEMEI, particularmente de sua área de atuação, preocupando-se pela conservação de bens e pelo bom uso do material colocado a sua disposição;
- Guardar sigilo sobre assuntos reservados que envolvam ou possam envolver pessoas e autoridades nos planos administrativos e pedagógicos;
- Zelar pelo bom nome da Unidade de Ensino dentro e fora dela;
- Desenvolver suas atividades de acordo com a programação aprovada e empenhando-se pela constante qualificação ao processo ensino - aprendizagem;
- Promover a avaliação constante do processo aprendizagem de acordo com o sistema adotado;
- Comunicar ao superior imediato qualquer irregularidade na atuação ou comportamento do aluno, inclusive ausências, no âmbito de suas atividades;
- Cooperar com os superiores imediatos na solução de problemas da administração do CEMEI;
- Qualificar-se permanentemente com vistas à melhoria constante de seu desempenho como profissional e como educador;
- Apresentar nos prazos hábeis toda a escrita escolar sobre sua responsabilidade;
- Participar de atividades de caráter cívico, social e cultural promovidos pelo seu setor de trabalho;
- Ministras aulas, de acordo com o horário do estabelecimento, cumprindo o número de dias letivos fixados pela legislação vigente, registrando, no diário de classe, a matéria lecionada e a frequência do aluno;

- Respeitar a diferença individual do aluno, considerando as possibilidades e limitações de cada um, mantendo-o participante durante os períodos de aula;
- Manter a disciplina de sala e fora dela;
- Desenvolver o espírito de cooperação e solidariedade integrando-se na vida do CEMEI e da comunidade;
- Manter eficiência do ensino da área e/ou turma específica de sua atuação;
- Elaborar planejamento - de curso, de unidade e de aula - paraturma, com apoio do pessoal técnico-pedagógico, adotando a interdisciplinaridade;
- Atender a família do aluno quando for solicitado.

No que diz respeito à qualificação e formação dos professores é preciso reconhecer que muitos avanços foram obtidos, mas ainda precisamos ir mais longe.

O Brasil ainda tem 2% dos profissionais de creche e pré-escolas com ensino fundamental, e somente a metade concluiu a formação em nível superior (Meire Cavalcante, 2012, p.34).

Em muitos municípios são contratados para atuar na educação infantil, profissional designado com diversos nomes, como auxiliar de creche, pajem ou monitor, e com isso realizam trabalho pedagógico, mas recebem salários menores pela falta de formação superior. O fato é que a carreira do magistério na educação infantil ainda está distorcida em questão do cotidiano escolar, porque a monitora cuida, zela e a professora educa, mas perante o ensino aprendizagem ambas não se separa entre si, pois depende do trabalho uma da outra. A criança da educação infantil é dependente do professor no aspecto de buscar a fundamentação teórica, avaliar, registrar; já o monitor a dedicação do seu tempo com a criança é maior, pois seu horário a cumprir dependendo do município, a carga horária é de seis horas, com isso seu zelo, seus cuidados torna-se imprescindível em relação à do professor. “É fundamental que a formação dos educadores da infância seja item prioritário tanto nas políticas públicas quanto na agenda dos profissionais que buscam qualificar seu fazer pedagógico” destaca Adriana Kiperman diretora da Revista Pátio – Educação Infantil – abril/junho 2012.

Muito se tem a fazer, ainda mais se tem a ganhar com uma equipe de funcionários buscando o bem maior, que é a educação de qualidade. Como temos que trabalhar com o que tem em nosso meio educacional, quem tem qualificação expande seu conhecimento com formação continuada que são oferecidos pelo município ou mesmo por méritos de busca própria. E quem não tem são envolvidos em formação dada pela Supervisora Pedagógica da rede infantil e pelo gestor de cada creche. A Supervisora tem suas atribuições em todo plano pedagógico da instituição. E compete a ela as seguintes ações:

- Coordenar o planejamento e implementação do Projeto Político-Pedagógico do CEMEI:
 - a) Delinear, com os professores, o Projeto Político-Pedagógico, explicitando seus componentes de acordo com a realidade do CEMEI;
 - b) Coordenar a elaboração do currículo pleno do CEMEI, envolvendo a comunidade escolar;
 - c) Promover o desenvolvimento curricular, redefinindo, conforme as necessidades, os métodos e materiais de ensino;
 - d) Participar da elaboração do calendário escolar;
 - e) Articular os docentes para o desenvolvimento do trabalho técnico-pedagógico do CEMEI, definindo suas atividades específicas;
 - f) Avaliar o trabalho pedagógico, sistematicamente, com vistas à reorientação de sua dinâmica;
 - g) Identificar as manifestações culturais características da região e incluí-las no desenvolvimento do trabalho do CEMEI.
- Coordenar o programa de capacitação do pessoal do CEMEI:
 - a) Realizar a avaliação do desempenho dos professores, identificando as necessidades individuais de treinamento e aperfeiçoamento;
 - b) Efetuar levantamento da necessidade de treinamento e capacitação dos docentes no CEMEI;
 - c) Manter intercâmbio com instituições educacionais e/ou pessoas visando sua participação nas atividades de capacitação;
 - d) Analisar os resultados obtidos com as atividades de capacitação docente, na melhoria dos processos de ensino aprendizagem.
- Realizar a orientação dos alunos, articulando o envolvimento da família no processo educativo:

- a) Identificar, junto com os professores, as dificuldades de aprendizagem dos alunos;
- b) Orientar os professores sobre as estratégias mediante as quais as dificuldades identificadas possam ser trabalhadas, em nível pedagógico;
- c) Encaminhar a instituições especializadas os alunos com dificuldades que requeiram um atendimento terapêutico;
- d) Envolver a família no planejamento e desenvolvimento das ações do CEMEI;
- e) Proceder, com auxílio de professores, ao levantamento das características socioeconômicas e linguísticas do aluno e sua família;
- f) Utilizar os resultados do levantamento como diretriz para diversas atividades de planejamento do trabalho escolar;
- g) Analisar com a família os resultados do aproveitamento do aluno, orientando-o, se necessário, para obtenção de melhores resultados;
- h) Oferecer apoio às instituições escolares discentes, estimulando a vivência da prática democrática dentro do CEMEI.
 - Elaborar normas e instruções relativas ao pedagógico;

Buscando um bem comum à educação, os alunos, funcionários da instituição, equipe administrativa proporciona condições para que o ambiente escolar seja o mais natural possível dentro de um fazer pedagógico trazendo a realidade educacional à família. Uma realidade pautada dentro da instituição com reuniões de pais e mestres, festas comemorativas, reuniões bimestrais do Conselho Escolar, sendo que, alguns pais fazem parte dos membros do Conselho.

O fortalecimento do Conselho Escolar como espaço de decisão e deliberação das questões pedagógicas, administrativas, financeiras e políticas da escola. Ou seja, essas escolas veem o Conselho Escolar como um grande aliado na luta pelo fortalecimento da unidade escolar e pela democratização das relações escolar (NAVARRO, 2004, p.49-51).

Outros fazem parte da Caixa Escolar onde são promovidas reuniões para tomadas de decisões e prestações de contas a respeito do dinheiro repassado a escola pelo FNDE. Também há reuniões bimestrais para entrega de trabalhos e projetos feitos pelas professoras e monitoras. Com essa movimentação escolar há interação da família x escola do município vem sendo trabalhado de maneira eficaz e satisfatória. A comunicação é sempre aberta, ampla e solidária.

Segundo Frigotto (1999), a escola é uma instituição social que, mediante sua prática no campo do conhecimento, valores, atitudes, e mesmo por sua desqualificação, articula determinados interesses e desarticula outros. Nessa contradição existente no seu interior, está a possibilidade da mudança, haja vista as lutas que aí são travadas. Portanto, pensar a função social da escola implica repensar o seu próprio papel, sua organização e os atores que a compõe.

7. AVALIAÇÃO

A Avaliação se destina a obter informações e subsídios capazes de favorecer o desenvolvimento das crianças e ampliação de seus conhecimentos. Nesse sentido, avaliar é apenas medir, comparar ou julgar. Muito mais do que isso, a avaliação apresenta uma importância social e política fundamental no fazer educativo.

Avaliar vai além de olharmos para crianças como seres meramente observados, ou seja, a intenção pedagógica avaliativa dará condições para o professor (a) criar objetivos e planejar atividades adequadas, dando assim um real ponto de partida para esta observação, tornam-se necessário a necessidade de se construir conhecimentos e reflexão por parte de professores educadores acerca do processo avaliativo formal na educação.

É nesse sentido que a avaliação da aprendizagem escolar está sendo entendida como processo, como prática que busca respostas sobre como se dão os processos com ela envolvidos.

No CEMEI José Onofre dos Santos a avaliação dos alunos do pré-escolar é feita pelos professores diariamente com registro no diário de classe, semestralmente realiza uma avaliação para diagnosticar a aprendizagem do aluno, se faz mediante o acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem objetivo de promoção para o Ensino Fundamental. Criando procedimentos para o acompanhamento do trabalho pedagógico, desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação, garantindo sempre a observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano; utilizando de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.); dando continuidade aos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição

vividos pela criança. A avaliação da creche (0 a 3 anos) fica a desejar devido a falta atual da especialista da educação, pois este suporte pedagógico é importante para esta fase, pois as agentes de CEMEI não tem escolaridade de acordo para desempenhar tal tarefa. Ficando assim o gestor com esta função de diagnosticar, sanar as dificuldades e avaliar os alunos passando o quê trabalhar às agentes para a melhoria da creche.

A avaliação da aprendizagem tem a função precípua de orientar o processo educativo, de modo a possibilitar, o atendimento diferenciado aos alunos, e as adequações no plano didático tendo em vista os objetivos curriculares. (Regimento Escolar 2012).

As estratégias de atendimento diferenciado previstas no Projeto Político-Pedagógico e no Regimento da escola são divulgadas amplamente na comunidade, em reuniões de pais, conselho de classe e do conselho escolar. Tendo aí prevista uma avaliação específica às famílias, cujos alunos estão com dificuldades em sala, é repassado aos pais ou responsáveis mediante aos registros feitos pelos os professores. Mas temos uma falta de comprometimento dos pais em relação a esta questão. Quando diagnosticamos dificuldade de aprendizagem do aluno e informamos aos pais, alguns destes não têm muito comprometimento junto à escola para sanar as possíveis dificuldades dos filhos, sendo estas dificuldades muitas vezes com ajuda de outros profissionais, como: psicólogo, professor de reforço, e outros profissionais especificados na APAE que nos ajudam muito com o aprender do aluno dentro da sala de aula e na interação com todos envolvidos na escola.

Diante disso esta interação escola x família fica a desejar cabendo a responsabilidade apenas para um, no caso a escola, e a criança em si não despertara o aprender pedagógico levando esta falha para a vida toda.

Já avaliação dos profissionais é feita pelo gestor no cotidiano escolar, pois ainda não temos em nosso município uma gestão democrática ativa, onde o próprio gestor tem autonomia total no âmbito escolar para avaliar e tomar decisões para melhorar a educação. Isso devido efetivação do quadro de funcionários e pela falta da autonomia do gestor que se esbarra na secretária da educação o no gestor (a) da cidade. Sendo que estes não se encontram no dia a dia da escola para observar o desempenho do profissional, mas decidem o que fazer com o mesmo, e se não quiser este ou aquele trabalho, facilita o lugar e sua condição para escolher onde

quer trabalhar. Fica assim difícil de estabelecer um vínculo de bons profissionais responsáveis pela a educação de qualidade na escola.

A Avaliação do Projeto Político-Pedagógico que objetiva acompanhar o desenvolvimento deste Projeto, reavaliando seus objetivos, sua eficácia no processo

de ensino e aprendizagem, redimensionando a prática pedagógica da escola frente aos novos propósitos e desafios que surgirão, tornando-o sempre atual e eficaz. Além de acompanhar a execução dos projetos e objetivos definidos, avaliar a eficácia do projeto e redimensionar objetivos e metas. Será avaliada nas reuniões pedagógicas e reuniões do Conselho Escolar, registrada nas respectivas atas, durante toda a sua execução, mas rigorosamente em todo final de ano, redimensionando a práticas .

A educação em si é sempre um ato de envolvimento para o ser social, significa atenciosamente estar preparado para apropriar-se constantemente do novo, daquilo que está por vir. Assim entendemos que a proposta é sempre um buscar, organizar, refletir e implementar, para que se constituam em práticas as grandes ideias dos educadores.

Na educação infantil, especialmente no CEMEI José Onofre dos Santos construção do saber permite a renovação de valores, da certeza constante que nem tudo está pronto e acabado, mas permite inovações no brincar, cuidar e educar a criança , valorizando-a, juntamente com o saber sistemático dos educadores.

O PPP do CEMEI José Onofre dos Santos é um projeto que não se encerra aqui. É preciso ser analisado, discutido e aperfeiçoado sempre que necessário, para que sejam feitas modificações, adaptações e alterações de acordo com o cotidiano escolar e as metodologias que forem sendo impostas pela sociedade que está sempre em construção.

Neste estudo para implementação do PPP demos grandes passos quanto sua elaboração e esclarecimentos sobre sua importância. Especificamos os objetivos, a missão da escola, que era falho na primeira versão, vimos que o ponto de partida é a escola, o alunos e sua realidade. Não adianta ir longe, distante do real que não alcançaremos nosso objetivo que é educar através de atividades que desenvolvam o raciocínio e a criatividade do educando, solidificando desta forma, seu papel social e

possibilitando às crianças o sucesso educacional, preservando seu bem-estar físico, e estimulando seus aspectos cognitivo, emocional e social.

Nos conteúdos, metodologias, recursos estudados, precisamos nos esforçar para diminuir a distância entre o ideal e o real. Vários pontos precisam ser focados, entre eles, a capacitação dos profissionais que trabalham nas creches, as Monitoras ou Agentes de CEMEI, a autonomia da escola, pois com uma gestão submissa à Diretoria Municipal de Educação, não tem como resolver a problemática de acordo com a realidade e não são todos os gestores capacitados, aptos a exercerem a função o que dificulta o trabalho. A participação efetiva dos conselhos escolares para ajudarem numa gestão mais democrática garantindo uma maior obediência às leis que protegem as crianças e os profissionais que atuam na escola, além de processo eletivo para gestores que abrirá as portas para a democracia na escola. Mas com tantos aspectos a serem melhorados achamos que o primeiro passo é o de estudar a fundo o PPP da escola com a comunidade para poder executar as propostas. Precisamos valorizar esse instrumento tão importante nas escolas!

No entanto, como ênfase do próprio PPP pretendemos que este projeto seja o impulsor e condutor do bom desempenho do corpo técnico e administrativo no alcance da nossa missão. Tudo é possível se tivermos garra e perseverança nos objetivos de se chegar numa Educação democrática e de qualidade, para isso uma boa gestão escolar aliada a uma gestão municipal empenhada é indispensável.

Aprendemos que a Educação será realmente de qualidade se cada gestor, cada comunidade escolar se fundamentar na realidade da escola, propor metas claras, praticar as ideias e avaliá-las para que o PPP esteja sempre atualizado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar**. 2010.

CAVALIERE, Ana Maria. **Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública**. Educação & Sociedade, vol. 28, n.º 100 - Especial, p. 1015-1035, out. 2007.

CRISTAIS, **Projeto Político Pedagógico do CEMEI José Onofre dos Santos**. 2011.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O Direito à Educação: Um campo de atuação do gestor educacional na escola**. 2010.

DOURADO, Luiz Fernandes (org.); **OLIVEIRA**, João Ferreira; **SANTOS**, Catarina Almeida. Brasil: MEC/INEP. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. 2010.

ENQUITA, Mariano F.A..**A face oculta da escola: Educação e trabalho no capitalismo**. Porto Alegre. Artes Médicas,1989.

ESCOLA DE GESTORES – MEC.. **Avaliação da aprendizagem, avaliação institucional e gestão escolar: a síntese necessária**.

ESCOLA DE GESTORES – MEC.. **Avaliação institucional: elementos para discussão**.

ESCOLA DE GESTORES – MEC.. **Formação de profissionais da educação no Brasil: o curso de Pedagogia em questão**.

FERNANDES, Claudia de Oliveira. **A organização do tempo escolar: séries ou ciclos para além do senso-comum**. Florianópolis-SC. 2008

FRAGO, Antônio Viñao. Historia de la educación e historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. In: **Revista Brasileira de Educação**, no.0. ANPED, set/out/nov/dez 1995.

FREITAS, Luiz Carlos de. **CICLO OU SÉRIES? O que muda quando se altera a forma de organizar os tempos-espacos da escola?** GT 13 - 27ª Reunião Anual da ANPEd, 2004.

GONÇALVES, Jussara dos Santos e **CARMO**, Raimundo Santos do. **Gestão escolar e o processo de tomada de decisão**.

KALOUSTIAN, Sílvio (org.); **MASAGÃO**, Vera. **Indicadores da qualidade na educação** - Versão adaptada para o programa Escola de Gestores da Educação

Básica - Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005. 60p.

KWASNICKA, Eunice L. **Introdução a Administração**, São Paulo, Atlas, 1980

LIBÂNEO, José Carlos **Democratização da escola pública: pedagogia crítico-social dos conteúdos**, São Paulo, Loyola, 1985.

LOPES, Alice Casimiro. **Discursos nas políticas de Currículo. Currículo sem Fronteiras**, v. 6, n. 2, p. 33-52, jul/dez 2006.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **O Campo do Currículo no Brasil: os anos noventa. Propostas curriculares alternativas: limites e avanços -2010.**

NAVARRO, Ignez Pinto (et al.). **Avaliação: o processo e o produto - 2010.**

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola.** 2010.

OLIVEIRA, João Ferreira de; **MORAES**, Karine Nunes de; **DOURADO**, Luiz Fernandes. **Gestão financeira descentralizada: Planejamento, aplicação e acompanhamento de recursos; Conselho escolar e autonomia: participação e democratização da gestão administrativa, pedagógica e financeira da educação e da escola. Organização da educação escolar no Brasil na perspectiva da gestão democrática.** 2010.

PSICOLOGIA E CURRÍCULO, São Paulo, Editora Ática, 1996, p.43

PASCHOALINO, Jussara Bueno de Queiroz. **O Professor Desencantado: Matizes do Trabalho docente.** Belo Horizonte: Armazém de Ideias, 2009. 152p.

RIOS, Terezinha Azerêdo. **O espaço físico da escola é um espaço pedagógico.** Revista Gestão Escolar, 13, abril/maio. 2011.

RODRIGUES, Ernaldina Sousa Silva. **A organização do tempo pedagógico no trabalho docente.** Piracicaba-SP. 2009. p.14 a 33.

SILVA, Marcelo Soares Pereira da. **Planejamento e o cotidiano escolar**

SILVA, Marly Olívia Ribeiro e; **RODRIGUES**, Viviane Aparecida, **Manual para elaboração do trabalho de conclusão de curso (TCC) Escola de gestores**, 2013.

SOUZA, Ângelo Ricardo de et Al. **Avaliação institucional:: A avaliação da escola como instituição Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola. Níveis do planejamento educacional** 2010.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político Pedagógico da escola: uma construção possível**. 14ª edição, Papirus. 2002, p.29,30.

VIÑAO, Antonio. Espaços, usos e funções; a localização e disposição física da direção escolar na escola graduada. In: **BENCOSTTA**, Maucus Levy (org.). **História da educação, arquitetura e espaço escolar**. São Paulo: Cortez, 2005.